

Página 13

■ Nº145 ■ AGOSTO/2015

UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO



AGOSTO DE 2015

No olho do furacão

Stédile fala da Frente Brasil
páginas 4 e 5

O Papa Francisco é pop?
páginas 14 e 15

O único a dizer é: Porra, Vito!!!!
página 28

REAGIR JÁ!!!

Esta edição de *Página 13* de agosto foi concluída entre a segunda prisão de José Dirceu e o abraço que a militância deu ao Instituto Lula, vítima de atentado terrorista. Neste mesmo dia, a FIESP e a FIERJ divulgaram nota de apoio ao – falemos claramente – oferecimento golpista feito pelo vice Michel Temer.

Os dois últimos fatos são abordados, direta ou indiretamente, nos textos desta edição. Quanto ao primeiro fato, os leitores conhecem a opinião que temos sobre os graves erros cometidos pelo nosso Partido dos Trabalhadores, na linha estratégica geral, na relação com o oligopólio da comunicação, nas alianças com setores da direita e do capital.

Os leitores também conhecem nossa opinião acerca dos efeitos do financiamento empresarial, tanto na política em geral, quanto no PT em particular.

Assim como deve recordar-se que, já em 2005, defendemos comissão de ética e punição para os envolvidos em atos de corrupção.

Além disso, é pública e notória nossa crítica ao retardo e à timidez com que setores do Partido fazem autocritica e mudam sua atitude frente a estes erros.

Retardo e timidez que facilitaram a manipulação, a hipocrisia e a ilegalidade que caracterizam a atitude frente à corrupção por parte da oposição de direita, do oligopólio da mídia e dos setores conservadores do judiciário.

Falamos bastante a respeito deste assunto, nas edições que circularam durante e logo após a Ação Penal 470. E a tendência petista Articulação de Esquerda dedicou ao tema uma das resoluções de seu recente congresso: “o PT e a luta contra a corrupção”.

Isto posto, agora achamos suficiente repetir o que diz a resolução que no momento do fechamento desta edição estava sendo debatida pela direção nacional da AE, acerca da segunda prisão de Dirceu:

“1. O juiz Moro mandou prender José Dirceu com base em acusações que teriam sido feitas no âmbito de delações premiadas, no curso da chamada Operação Lava Jato;

2. José Dirceu já estava submetido a severas restrições, devido a sua condição de condenado na AP 470. Suas atividades políticas e profissionais já foram submetidas a total esquadrinhamento. E poderia ser convocado a depor a qualquer momento. Portanto, sua prisão não tem nenhuma relação com as necessidades da investigação realizada no âmbito da Operação Lava Jato;

3. A decisão do juiz Moro, de mandar prender José Dirceu, está relacionada a motivações políticas. Não por acaso ela ocorre na véspera de um programa de televisão do PT, pouco antes da mobilização das forças da direita convocada publicamente pelo PSDB e quando o ainda solto Eduardo Cunha retoma suas atividades desestabilizadoras;

4. O sentido político da prisão de José Dirceu, entretanto, transcende a agenda político-midiática deste mês de agosto. O objetivo principal é outro: trata-se de um passo a mais no sentido de tentar criminalizar o ex-presidente Lula;

5. Não por acaso a prisão coincide com declarações amplamente divulgadas do ex-presidente FHC, cujo objetivo é claro: exigir a capitulação do PT e atacar o ex-presidente Lula;

6. Ao mesmo tempo, a grande mídia deixa de lado ou empurra para baixo do tapete os escândalos que a envolvem (Swissleaks-HSBC) e o teor das delações premiadas que incriminam fortemente Aécio Neves, Aloysio Nunes, FHC e outras lideranças do PSDB. O que deixa ainda mais à vontade o juiz Moro para agir seletivamente ao decidir quem será indiciado ou preso;

7. Por tudo isto, reiteramos nossa opinião, já manifesta em documentos divulgados nos dias 18 de julho (“No olho do furacão”) e 1 de agosto (“É preciso reagir, já!!!”): a direção nacional do Partido dos Trabalha-

dores e o governo encabeçado pela presidenta Dilma precisam sair da postura de espectadores e convocar uma mobilização em defesa das liberdades democráticas. Mobilização que só terá capacidade de convocatória junto aos setores populares se for acompanhada de uma mudança imediata e total na política econômica;

8. Os graves erros cometidos pelo PT (na estratégia, na relação com o oligopólio da comunicação, com setores da direita e do capital, ao aceitar receber financiamento empresarial, bem como no retardo e na timidez com que setores do Partido fazem autocritica e mudam sua atitude frente a estes erros) facilitam a ofensiva conservadora. Mas neste momento, prosseguir com tal incoerência, passividade e vacilação não seria apenas um grave erro: constituiriam criminoso suicídio;

9. A Operação Lava Jato não é mais uma investigação judicial. É uma operação política, cujo alvo principal é o PT. Esperamos que a direção nacional do PT se manifeste a respeito destes temas e, principalmente, que convoque uma jornada nacional de mobilização. Antes que seja tarde”.

Este bordão tem sido recorrente em várias edições de *Página 13*: antes que seja tarde. Os textos contidos nesta edição de agosto de 2015, cada qual a seu jeito, reforçam isto: desde a análise acerca da pauta parlamentar após o recesso, a entrevista com João Pedro Stédile acerca da “frente Brasil”, o posicionamento de vários candidatos à direção da Juventude Petista, a situação dos funcionários públicos federais e dos professores do Rio de Janeiro, a opinião acerca dos editais lançados pelo ministério da Cultura e um balanço do governo de Mossoró... ao analisarmos cada um destes assuntos, fica evidente o que é indicado pelas resoluções da AE transcritas nesta edição: é preciso reagir, já!!! ★

Os editores

EXPEDIENTE

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores. Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.

Direção Nacional da AE: Adriano Oliveira/RS, Adriele Manjabosco/RS, Adriana Miranda/DF, Ananda Carvalho/RS, André Vieira/PR, Bárbara Hora/ES, Bruno Elias/DF, Damarci Olivi/MS, Daniela Matos/DF, Eduardo Loureiro/GO, Eleandra Raquel Koch/RS, Eliane Bandeira/RN, Elisa Guaraná/DF, Emílio Font/ES, Fernando Feijão/PI, Giovane Zuanazzi/RS, Gleice Barbosa/MS, Iole Ilíada/SP, Izabel Cristina da Costa/RJ, Ivonete Almeida/SE, Jandyra Uehara Alves/SP, Joel de Almeida/SE, José Gilderlei/RN, Karen Lose/RS, Leirson Silva/PA, Lício Lobo/SP, Múcio Magalhães/PE, Olavo Brandão/RJ, Patrick Araújo/PE, Rafael Tomyama/CE, Rodrigo Cesar/SP, Rosana Ramos/DF, Sílvia Vasques/RS, Sônia Fardin/SP, Valteci de Castro/MS, Valter Pomar/SP. **Comissão de ética nacional:** Ana Affonso/RS, Iriny Lopes/ES, Jonatas Moreth/DF, Júlio Quadros/RS

Edição: Valter Pomar e Adriana Miranda **Diagramação:** Cláudio Gonzalez (Mtb 28961) **Secretaria Gráfica e Assinaturas:** Edma Walker edmawalker@gmail.com

Endereço para correspondência: R. Silveira Martins, 147 conj. 11 - Centro - São Paulo - SP - CEP 01019-000 **Acesso:** www.pagina13.org.br

Cunha no Cunha

O segundo semestre de 2015 na Câmara Federal promete ser intenso e bastante agitado

Rubem Alves*

O presidente da Casa, deputado Eduardo Cunha, após as denúncias feitas pelo empresário Júlio Camargo -- de que o deputado recebera 5 milhões de dólares em propina--, não terminou bem o semestre e “gozou” de um recesso parlamentar nada relaxante,

A grande maioria das lideranças partidárias progressistas, dos movimentos sociais e dos jornalistas que integram a chamada mídia livre e democrática tem apostado na queda do presidente da Câmara. E até setores do oligopólio midiático, que tanto estimulam o oposicionismo do presidente contra o governo e o PT, tem afirmado seu isolamento e a dificuldade de permanecer no cargo, especialmente se concretizada a denúncia crime junto ao Supremo, por parte do Procurador Geral da República.

Mesmo o deputado Cunha sofrendo um forte desgaste e um certo isolamento, não damos de barato que as condições já estejam dadas para o seu catapultamento da cadeira da presidência. Especialmente ao considerarmos algumas variantes, como o seu histórico “faro” para sobrevivência (desde o período do esquema Collor, quando mantinha estreita ligação com o PC Farias), a conformação hiper-conservadora do Congresso, uma forte relação (nada republicana) com uma gama significativa de deputados da atual legislatura e o papel que ele cumpre para amplos setores golpistas da oposição, incluindo a midiática.

Em que pese sua ousadia e os métodos nada republicanos utilizados para imprimir uma agenda na Câmara de tamanho conservadorismo e ataque às conquistas democráticas, devemos reconhecer que ele não obteria tanto êxito se não houvesse um ambiente no parlamento e uma maioria considerável bem posicionada em postos-chaves que lhe dá sustentação.

Não por acaso Cunha já deu sinais claros que manterá o seu método de partir para a ofensiva, especialmente quando sob ataque. Já anunciou a pauta que priorizará para o segundo semestre, que vai desde temas relacionados ao mundo do trabalho, como por exemplo a PEC 18/11, que reduz de 16 para 14 anos a idade de ingresso infantil no mercado de trabalho, passando por temas

que visam o “afrouxamento” ao controle e limites ao porte de armas; o projeto de lei que objetiva excluir da definição de família uniões homoafetivas; até os temas relacionados a questão federativa, com potencial de colocar o governo federal em situações bem delicadas. Soma-se ainda, as MPs, os vetos presidenciais e a possível instalação de CPIs que poderão ser utilizadas como instrumentos para manter a “espada” sobre a cabeça do governo.

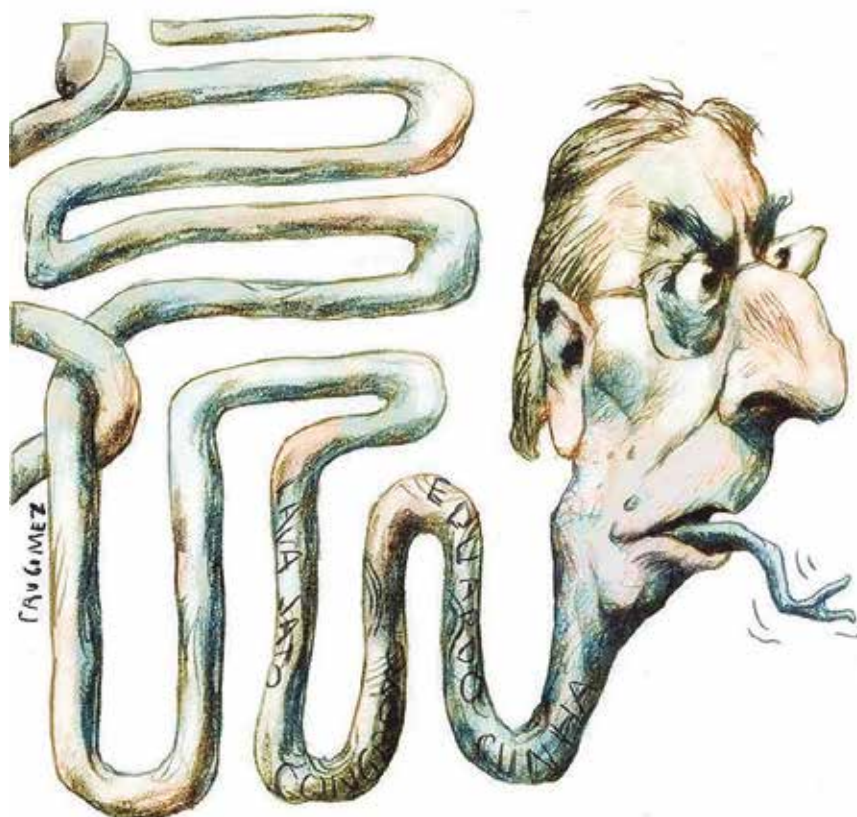
Certamente que o presidente da Câmara hoje se encontra menor e mais fragilizado do que estava há poucos dias, contudo tem potencial considerável para fazer enormes estragos. Por outro lado, temos exemplos de sobra de que o Congresso brasileiro é muito “sensível” à pressão social e à pressão pública. Os episódios envolvendo o então todo poderoso senador Antônio Carlos Magalhães, os senadores José Roberto Arruda, Jader Barbalho, e até mesmo Renan Calheiros são ilustrativos do nível do oportunismo, o desapego aos seus líderes, por parte dos deputados e deputadas, especialmente quando estiver em jogo a sua própria sobrevivência.

Claro que é importante retirar de um posto estratégico como a presidência da

Câmara Federal, uma figura tão perigosa e perniciosa ao Brasil como Cunha. Mas cá entre nós, a saída dele da presidência da Casa não resolverá todos os nossos problemas. Aliás, o seu empoderamento e chegada a este espaço, como também a eleição de um Congresso considerado o mais conservador, desde o período pós-ditadura militar, é decorrência, em grande medida, das opções políticas e eleitorais e omissões praticadas pelo PT, que se traduziram no dia-a-dia em baixíssima disposição para a luta política e social, alianças exclusivamente eleitorais e um modelo de governabilidade estritamente congressional.

As medidas para enfrentar o problema Cunha e a direita na Câmara, incluindo o PMDB e vários outros parlamentares que integram partidos da chamada base governista, passam por mudanças na linha política do partido, das bancadas parlamentares e do governo. A atual orientação política já demonstrou ser incapaz e insuficiente para responder com a firmeza e vigor necessários a uma conjuntura de ofensiva da direita. ★

*Rubem Alves é militante do PT



Uma frente Brasil

João Pedro Stédile, dirigente do Movimento Sem Terra, fala nesta entrevista sobre o tema que está na boca de 10 em cada 10 militantes da esquerda brasileira: a necessidade de construir uma frente

Página 13. Sempre se falou da necessidade de construir uma “frente”. Por quais motivos a atual conjuntura torna esta frente mais necessária e urgente?

João Pedro Stédile. A ideia de construir frentes sempre esteve presente no ideário das forças populares e dos partidos de esquerda, pois partimos do princípio de que é necessário construir uma grande unidade entre a maior parte das forças populares (representadas por inúmeras formas de mediação que a classe trabalhadora vai organizando para enfrentar seus problemas). E embora essa necessidade de frentes, de unidade popular seja uma necessidade estratégica, ou seja, só assim a classe trabalhadora pode construir hegemonia na sociedade com suas ideias e suas propostas, no geral, aqui no Brasil, as experiências de frentes sempre se ativeram apenas a períodos eleitorais, restritas ao objetivo de ganhar eleições.

Porém agora, fora de um período eleitoral e com um contexto histórico em que se agravam as crises econômicas, sociais, política e de valores, acho que muitos setores das forças populares se deram conta que somente com a construção de processos unitários poderemos enfrentar juntos as crises e, sobretudo, conseguiremos apresentar propostas alternativas para o povo, para sair das crises.

A burguesia já tem suas propostas para sair da crise, a rigor é o realinhamento da economia aos Estados Unidos, imaginando que as empresas transnacionais vão retomar os investimentos e tirar a economia da crise, em troca da entrega do que sobrou de empresas estratégicas; redução dos gastos do estado, o que eles chamam de estado mínimo, para que o orçamento público da União seja administrado apenas de acordo com seus interesses e não para resolver os problemas do povo; e, terceiro, seria redu-

zir o chamado custo Brasil de mão-de-obra, que na prática é reduzir os direitos sociais e trabalhistas, que estão garantidos na CLT e na constituição. Esse programa é a volta do neoliberalismo, ou seja liberdade total para o capital

Página 13. A frente popular tem um programa, uma plataforma, um resumo de seus objetivos?

Stédile. Estamos num processo de construção de unidade entre as forças populares, com um olhar estratégico, ou seja, com o objetivo de construir um programa de longo prazo, que represente solução para os problemas do povo e saída para a crise.

E nesse processo de construção estamos ainda debatendo, ouvindo, consultando. A princípio elencamos apenas uma plataforma política, que desde 2013 permeia os debates nos movimentos populares e forças políticas (ver quadro na página ao lado). Essa é a plataforma mínima que está unificando as forças populares nesse momento.

Página 13. É uma frente eleitoral?

Stédile. Não. As frentes eleitorais são construídas por partidos que disputam eleições. Nem estamos em tempo de eleições, nem a frente é composta apenas por partidos. Ao contrário, os movimentos populares, estudantis, sindicais, no espectro mais amplo possível, e com alguns partidos é que conformam a frente popular.

Página 13. Há setores que ainda não integram a frente. Você considera necessário e possível incorporar estes setores? Como fazer?

Stédile. Embora a necessidade de frentes, como disse, seja uma necessidade programática de quem quer construir maiorias na sociedade, e não apenas com seus primos... acho que será difícil termos uma frente uni-



“Os movimentos populares, estudantis, sindicais, no espectro mais amplo possível, e com alguns partidos é que conformam a frente popular”

ca, popular ou de esquerda. Porque alguns setores de esquerda tem leituras diferentes da situação atual, apostando no afundamento do governo e na derrota total do PT e do PCdoB, para então emergirem como alternativas. E embora possamos ter todas as críticas do mundo às políticas e comportamento das direções partidárias e de movimentos, porém é inegável que as forças populares que foram se construindo nesses 30 anos estão presentes numa militância social que está também no PT, no PCdoB, nas frentes de massa, e até em setores como PDT e PSB. Ou seja, devemos lavar a criança, mas não jogá-la fora com a água suja!

Por isso é possível que no próximo período tenhamos várias frentes no campo popular. E isso é até natural, pelas origens doutrinárias, ideológicas e comportamento tático de cada agrupamento político.

Pessoalmente acho que devemos apostar numa frente popular, que aglutine amplos setores populares e até da classe média, dentro de uma plataforma política comum. E a plataforma política acho que aglutina amplos setores.

Página 13. Qual o calendário de atividades?

Stédile. É muito difícil prender-se a calendários, pois se trata de processos de construção, que tem ritmos lentos, e são influenciados pela correlação de forças e pela luta de classes.

Estamos realizando diversas reuniões e plenárias nos estados e a nível nacional, esperamos durante o segundo semestre consolidar uma frente popular que aglutine amplos setores.

Mas ao mesmo tempo essa frente tem que alimentar as mobilizações de massa, para atuarem na conjuntura e na luta de classes. Afinal, só a mobilização da classe trabalhadora pode alterar a correlação de forças, e postar a classe em outro patamar na disputa de saídas para a crise. E infelizmente, neste momento apenas os setores militantes, as mediações estão se mobilizando. A base social está quieta, apenas assistindo. E é nela que devemos atuar, para explicar a gravidade da situação e buscar mobilizarmos, com as propostas de saídas da crise.

Certamente no segundo semestre teremos muitas mobilizações, como já está programada a Marcha das Margaridas em Brasília (ver artigo a respeito nesta edição de *Página 13*), que terá a adesão de movimentos populares, a jornada de luta unitária do dia 20 de agosto em todas as capitais. Depois na Semana da Pátria teremos mobilizações e o Grito dos Excluídos, em outubro há agendas internacionais na luta contra as empresas transnacionais e pela soberania alimentar entre 12 e 16 de outubro. Depois teremos o 5 de novembro, jornada continental contra a ofensiva imperialista dos Estados Unidos e celebrando a derrota da ALCA há dez anos em Mar del Plata.

Ou seja, o período será de muitas articulações, mas também de muitas mobilizações de massa. A disputa será grande.★



“Só a mobilização da classe trabalhadora pode alterar a correlação de forças, e postar a classe em outro patamar na disputa de saídas para a crise. E infelizmente, neste momento apenas os setores militantes, as mediações estão se mobilizando. A base social está quieta, apenas assistindo”

Plataforma mínima para debater com as forças populares na construção da unidade necessária



1. Defesa dos direitos dos trabalhadores: lutar por melhorias das condições de vida do povo, o que envolve emprego, renda, moradia, educação, terra, transporte público etc. Criticar e fazer ações de massa contra todas as medidas de política econômica e “ajuste fiscal” que retirem direitos dos trabalhadores e que impeçam um processo de desenvolvimento com distribuição de renda.

2. Defesa dos direitos sociais do povo brasileiro. Devemos lutar contra a diminuição da maioria penal, contra o extermínio da juventude pobre das periferias, e lutar pela ampliação dos direitos sociais que estão em perigo pela campanha da mídia burguesa e por iniciativas conservadoras no congresso.

3. Defesa da democracia. Não podemos aceitar nenhuma tentativa de golpe. E também por isto mesmo, para fazer reformas mais profundas, precisamos avançar na luta pela reforma política, pela reforma do poder judiciário e dos meios de comunicação de massa, como instrumentos também da democracia necessária.

4. Defesa da soberania nacional. O povo é o verdadeiro dono do petróleo, do pré-sal e das riquezas naturais. Devemos impedir a ofensiva que visa entregar nosso petróleo às empresas transnacionais. Assim como devemos lutar contra a transferência de bilhões de dólares ao exterior, de forma legal pelas empresas ou ilegal, por contas secretas (vide caso do HSBC).

5. Lutar por reformas estruturais e populares. Há diversas propostas já consolidadas em torno da necessidade de reforma política, da reforma urbana, agrária, tributária, educacional etc. Consideramos que o documento unitário construído pelos movimentos populares em agosto/14 é um subsídio que devemos utilizá-lo para fazer o debate. (em anexo segue uma cópia)

6. Defesa dos processos de integração latino-americana em curso, como Unasul, Celac, MERCOSUL e integração popular, que estão sendo atacados pelas forças do capital internacional.

A passividade é um

A direção nacional da tendência petista Articulação de Esquerda aprovou recentemente duas resoluções sobre a conjuntura nacional. A primeira delas no dia 18 de julho de 2015, intitulada “No olho do furacão”. A segunda delas no dia 1 de agosto, intitulada “É preciso reagir, já”. Página 13 publica ambas, na esperança de que contribuam para que a militância petista derrote a ofensiva conservadora

NO OLHO DO FURACÃO

Quando o pior e o melhor ainda estão por vir

1. Está em curso uma profunda crise no país. Não é provável que esta crise prolongue-se indefinidamente. Seja por decisão das forças políticas, seja devido ao agravamento da situação econômica e social (com destaque para o crescimento do desemprego), seja por ação de algum catalizador casual, tudo indica que estamos nos aproximando de um momento de desfecho desta crise.

2. A esquerda, especialmente o Partido dos Trabalhadores, precisa tomar consciência deste fato e agir em conformidade com a gravidade da hora. As opções hegemônicas no governo e a atitude catatônica e abúlica de setores da direção partidária estão criando as condições para um desastre de imensas proporções.

3. A militância petista e os setores democráticos e populares estão convocados a, como ocorreu no segundo turno das eleições presidenciais de 2014, viabilizar por sua própria iniciativa uma solução e arrastar atrás de si as parcelas da direção e do governo que não fazem o que lhes é devido.

4. No âmbito da luta social, a criação de soluções passa pelo calendário de mobilizações previsto para os meses de julho, agosto e setembro.

5. No âmbito organizativo, isto passa pela constituição da Frente Brasil, pela aprova-

ção de resoluções combativas no Congresso da Central Única dos Trabalhadores e pela convocação estatutária de um encontro nacional extraordinário do PT.

6. No âmbito político, passa pela construção de uma tática defensiva (ou seja, que reconheça que estamos atuando numa correlação de forças negativa para os setores democrático-populares), mas que seja capaz de criar as condições para sairmos da defensiva e que esteja articulada com estratégia distinta da que nos colocou na atual situação.

7. A construção de uma tática deste tipo exige determinar corretamente as causas da crise. Entre elas estão as que relacionamos a seguir:

a) um setor importante da oposição de direita não aceitou o resultado das eleições de 2014 e opera desde então para desconstituir o governo Dilma, no prazo mais curto e através de quaisquer meios;

b) um setor importante do oligopólio da comunicação está engajado nesta campanha de desconstituição e vem utilizando seus potentes instrumentos (TV, rádios, imprensa, internet) para fomentar não apenas o descontentamento, mas também um ódio de tipo fascista contra a presidenta Dilma, contra o governo, contra o PT e contra a esquerda;

c) um setor importante do grande capital, articulado com interesses internacionais, está convencido da incompatibilidade entre seus interesses e a continuidade do governo encabeçado pelo PT: não lhes basta ajuste, não lhes basta a aprovação de reformas conservadoras, eles desejam muito mais do que sabem ser possível arrancar caso o PT continue ocupando a presidência da República;

d) parcelas importantes dos pequenos proprietários e das classes trabalhadoras estão profundamente descontentes com o PT e com o governo, por um mix de razões: a campanha da mídia, preconceitos e conservadorismo político, erros políticos graves de nossa parte, mas principalmente devido à piora nas condições econômicas e sociais;

e) a opção do governo pelo chamado Plano Levy transformou o que era um problema administrável de contas públicas, num quadro de recessão e desemprego, causando um sentimento de traição na base social e eleitoral que deu a vitória à Dilma, sem ganhar um único apoio entre aqueles que votaram na oposição;

f) neste contexto, o enfraquecimento do governo federal, somado à movimentação do Judiciário, do MPF e da Polícia Federal, mais a postura claramente oposicionista do presidente da Câmara dos Deputados, criou um conflito crescente entre as instituições de Estado;

suicídio criminoso



Para reconquistar o apoio destes setores da classe trabalhadora, não basta falar do passado nem do futuro, não basta defender as liberdades democráticas, não basta afirmar nossa posição de combate total à corrupção. É preciso adotar, aqui e agora, medidas efetivas e imediatas em defesa do emprego, da renda, do bem-estar e do crescimento econômico. Por isto mudar a política do governo é decisivo para o sucesso da tática

g) tudo o que foi citado antes, ocorre num momento em que graves erros cometidos pelo PT (na estratégia, na relação com o oligopólio da comunicação, com setores da direita e do capital, ao aceitar receber financiamento empresarial privado, bem como no retardo e na timidez com que setores do Partido fazem autocritica e mudam sua atitude frente a estes erros) facilitam a ofensiva conservadora.

8. Neste ambiente, as mobilizações convocadas pela esquerda e pela direita para as próximas semanas podem transformar qualitativamente a situação, forçando um desenlace.

9. Os que percebemos ser esta a situação exibimos uma natural tendência a tentar corrigir todos os erros ao mesmo tempo e imediatamente. Isto leva a uma confusão entre medidas táticas e estratégicas, entre o importante e o urgente. Por isto, consideramos necessário destacar o seguinte: o êxito de nossa tática depende, antes de nada, de saber reconquistar o apoio da classe trabalhadora, especialmente daqueles setores que ontem nos apoiavam e que hoje manifestam descrença, decepção, desconfiança, descrédito e até mesmo oposição a nós.

10. Para reconquistar o apoio destes setores da classe trabalhadora, não basta falar do passado nem do futuro, não basta defender as liberdades democráticas, não basta afirmar nossa posição de combate total à corrupção. É preciso adotar, aqui e agora, medidas efetivas e imediatas em defesa do emprego, da renda, do bem-estar e do crescimento econômico. Por isto mudar a política

do governo é decisivo para o sucesso da tática.

11. Mesmo que o desenlace tático não ocorra agora, mesmo que a situação se arraste por muito tempo, é preciso compreender que há um impasse estrutural, estratégico, na vida econômica, social e política do país.

12. A solução deste impasse exige algum tipo de mudança estrutural na relação entre Capital e Trabalho. O que por sua vez exige mudanças nas “regras do jogo”, ou seja, nas condições em que se trava a disputa política no país.

13. A direita quer fazer esta mudança através de métodos antidemocráticos: quebra da legalidade, repressão aos movimentos, redução da participação democrática, judicialização da política etc. A esquerda quer mudança através de métodos democráticos: mobilização social, participação popular, Assembleia Constituinte com plebiscito etc.

14. Por isto, ao mesmo tempo em que adotamos uma tática defensiva para combater a ofensiva da direita, precisamos ter em conta que é necessário sair da defensiva em condições de resolver o impasse estrutural acima citado. Sob pena de logo adiante voltamos a nos encontrar em situação defensiva.

15. As divergências entre os diferentes setores da direita têm contribuído para adiar o desenlace. Mas não devemos nos iludir. Exatamente devido à crise estrutural já citada, acima das divergências táticas e eco-

nômicas, as diferentes frações da classe dominante, seus órgãos de comunicação e seus representantes políticos compartilham três objetivos:

a) realinhar plenamente o Brasil com os interesses do imperialismo;

b) reduzir os direitos econômicos, sociais e políticos da classe trabalhadora;

c) encerrar o ciclo de governos da esquerda.

16. As divergências entre as principais forças da direita estão principalmente no terreno da tática, especialmente sobre qual seria o melhor caminho para retomar o controle completo do governo.

17. Sem esquecer dos setores cavernícolas, que falam em golpismo militar, entre as principais forças da direita as propostas em debate são basicamente as seguintes:

a) deixar o governo aplicar o ajuste fiscal, desgastar-se e derrotá-lo em 2018?

b) aproveitar a fragilidade do governo e do PT e defender impeachment acompanhado de novas eleições já?

c) considerando os riscos de novas eleições, tanto agora quanto em 2018, mudar as “regras do jogo” e adotar o parlamentarismo?

d) defender o afastamento da presidenta e a constituição de um governo de unidade nacional encabeçado por Temer?

18. Em qualquer dos cenários, a derrota do governo está vinculada a um objetivo de longo prazo: derrotar completamente o

PT. Para o quê está em curso uma campanha de desmoralização, que busca vincular petismo e corrupção.

19. Parte das divergências táticas entre as principais forças da direita está relacionada ao temor de que haja uma reação dura contra a quebra da legalidade. Outra parte diz respeito à avaliação de que, do ponto de vista estratégico, é melhor que a “conta” do “ajuste” recaia sobre a esquerda –até porque a direita defende e pretende fazer um ajuste muito maior do que este que está sendo tentado até agora.

20. É importante estar atento, ademais, para o fato de que as divergências táticas entre eles prolongam a crise e vão criando um ambiente propício aos cavernícolas saudosos das intervenções militares.

21. O ambiente propício a uma intervenção militar também é alimentado pelo discurso violento do conservadorismo e pelo método adotado para tentar desmoralizar o PT e desestabilizar o governo: denúncias de corrupção baseadas em delação premiada.

22. Acontece que ninguém neste país tem dúvidas acerca da “moralidade” dos personagens que se apresentam como alternativas ao PT. Temer, Cunha, Renam, Aécio, Serra e Alckmin, para ficar nos mais conhecidos, não passariam ilesos por um detector de mentiras, digamos assim.

23. O ambiente político atual alimenta o discurso de “ordem” e “linha dura”. Discurso que se beneficia, ademais, do fato de que a imensa corrupção ocorrida nos governos militares é pouco conhecida pela maior parte da população.

24. O conflito crescente entre as instituições do Estado gera um ambiente onde importantes personagens da política sabem que a qualquer momento podem ser arrastados ao escárnio público.

25. O exemplo mais recente disto é o presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha. Não temos dúvida alguma acerca da “honestidade” do deputado: sua ficha corrida, com destaque para suas relações com Paulo César Farias (pivô do esquema Collor, do qual é bom lembrar o presidente do Senado também fez parte), não deixam dúvida a respeito.

26. A questão contudo é outra: o fato de um personagem deste calibre ter se convertido em presidente da Câmara dos Deputados, o fato dele estar no centro da ofensiva conservadora, o fato de agora estar sob alvo das mesmas denúncias que estimulou contra o governo e o PT, o fato dele reagir às acusações dobrando a aposta em nos atacar... tudo isto revela muito acerca da política brasileira, da natureza da crise e dos limites da política de alianças “prioritária” do PT com o PMDB.

27. Enganam-se os que acreditam que o inferno astral de Eduardo Cunha seja o fim da crise. Pelo contrário, ela vai se agravar ainda mais. Seja devido à retaliação que ele prometeu publicamente fazer, seja devido à tibieza com que setores do governo reagiram à suas ameaças, seja devido ao fato de que seu enfraquecimento vai aumentar sua disposição em fazer acordo com os demais setores da oposição de direita. E o acordo entre eles, como dissemos acima, pode acelerar um ataque conjunto contra o governo e contra o PT.

28. A direção nacional do PT, o ex-presidente Lula e a presidenta Dilma vez por outra emitem sinais de que têm consciência da gravidade da situação e externam publicamente sua crescente preocupação. Mas noutros momentos repetem discursos cheios de “republicanismo” e “crença na força das instituições”, acompanhado de propostas cujo conteúdo e velocidade não correspondem à velocidade e a gravidade da situação.

29. Exemplo da gravidade da situação é a insistência com que se busca atingir diretamente o ex-presidente Lula, em favor de quem o PT está convocado a organizar uma ampla campanha de solidariedade.

30. Em nossa opinião, não haverá solução boa para a situação se for mantida a política de ajuste fiscal e se o PMDB seguir considerado como aliado.

31. A opção pelo ajuste fiscal confunde e aliena nossas bases. A crença no PMDB facilita o golpismo institucional. A atitude do governo, ou de setores dele, contribuem para isto. Fatos como a entrevista em que o diretor da Polícia Federal comporta-se como chefe de um quarto poder; a transformação do Ministério da Justiça em espec-

tador de desmandos; a patética decisão de enviar Kassab para representar o governo na posse da diretoria da União Nacional dos Estudantes são alguns exemplos, entre muitos, de que é preciso colocar a política certa no comando. Pois a atual política comanda o desgoverno e nos conduz ao suicídio.

32. No conjunto da esquerda brasileira, há reações variadas a esta situação, desde os que concordam em linhas gerais com o exposto aqui, passando pelos governistas que acreditam que “o pior já passou”, até aqueles que consideram que isto tudo seria uma “chantagem”, cujo objetivo seria fazer a esquerda apoiar o governo, apesar do ajuste e apesar da conciliação de classes.

33. É curioso, mas é um fato: tanto certos governistas quanto parcelas da oposição de esquerda adotam uma atitude similar, acreditando que a situação não é tão grave quanto descrevemos anteriormente. Não discutimos a boa fé destes setores, apenas pedimos que observem os fatos à luz da história de nosso país.

34. A correlação de forças é implacável: ou bem o PT e o governo refazem pela esquerda a aliança com os setores que viabilizaram a vitória no segundo turno de 2014, ou bem a direita prosseguirá na sua ofensiva e no caminho esmagará o conjunto das forças de esquerda, abrindo um período longo de reação.

35. Não se deve culpar os inimigos por agir como inimigos. Não se deve esperar dó nem piedade: quem não deseja o retrocesso, deve contar com suas próprias forças, enfrentar nossos próprios erros e limitações, criando as condições para interromper a defensiva e iniciar uma contraofensiva.

36. Cada militante de esquerda deve se sentir convocado a:

a) procurar suas organizações e nelas travar o debate sobre esta situação;

b) engajar-se no calendário de mobilizações do período, contra o ajuste/em defesa dos direitos/em defesa das liberdades democráticas/em defesa das reformas estruturais;

c) fortalecer o movimento pela criação de um Frente Brasil, por resoluções combativas no Congresso da Central Única dos Trabalhadores e pela convocação estatutária de um encontro nacional extraordinário do PT.

37. Apoiamos a proposta contida na Carta de Porto Alegre, aprovada pelo diretório estadual do PT do Rio Grande do Sul. As resoluções do recente 5º Congresso do Partido não armaram o Partido para os tempos que vivemos. É preciso que os 55% que venceram a principal votação do Congresso compreendam que é necessário — nos termos previstos pelo estatuto do PT — convocar um encontro nacional extraordinário. Chamamos os 45% a mobilizar-se unitariamente em torno desta medida, divulgando a Carta de Porto Alegre e assinando o pedido de um encontro nacional extraordinário.

38. O centro da questão está, hoje, em mudar a política econômica do governo, o que inclui medidas como: redução imediata e significativa na taxa de juros, execução plena do orçamento, imposto extraordinário sobre grandes fortunas, retomada do papel da Petrobras e das obras públicas como ponta-de-lança do crescimento, reversão da desindustrialização.

39. Neste sentido, destacamos o debate de outra política econômica, que está sendo feito pela CUT, bem como de debate semelhante convocado pelas forças que estão impulsionando a criação da “Frente Brasil”.

40. Evidentemente, outra política econômica é assunto imediato e uma decisão política, não uma discussão técnica sobre opções ideais para o médio-longo prazo. Repetimos: é preciso adotar imediatamente uma “pauta positiva” para a classe trabalhadora. Não haverá derrota do golpismo sem mudar a atual política econômica.

41. Por isto tudo, o governo deve dar um “cavalo de pau” na política econômica e recompor o ministério, começando pela demissão de Joaquim Levy.

42. Ao mesmo tempo, o governo deve reconhecer que não possui maioria congressual e atuar em conformidade com isto, reafirmando o presidencialismo e construindo outro tipo de governabilidade.

43. Será preciso ainda, ao lado de medidas imediatas e compromissos firmes com a quebra do oligopólio da comunicação e com um combate firme e não seletivo à corrupção, assumir com destaque a bandeira de uma reforma política via Assembleia

Constituinte com plebiscito, como maneira democrática de equacionar as divergências e encontrar uma saída para os problemas de fundo vividos pelo país.

44. Neste sentido, destacamos a importância das duas atividades que ocorrerão na Semana da Pátria, em Minas Gerais, uma delas relativa ao plebiscito popular pela Constituinte, outra relativa à constituição da “Frente Brasil”.

45. Concluimos nosso documento reafirmando a importância de que todos e todas nos engajemos para o sucesso da agenda de mobilização prevista para as próximas semanas, com destaque para o ato de 28 de julho frente a sede do Ministério da Fazenda em Brasília; para a Marcha das Margaridas nos dias 11 e 12 de agosto também

**É PRECISO
REAGIR,
JÁ!!!**

em Brasília; e para a mobilização unitária convocada para o dia 20 de agosto.

46. Não há como saber qual será o desenlace da situação. Mas consideramos como nossa obrigação expor como vemos o perigo da hora. Há como resistir, há como vencer, mas para isto é preciso parar de subestimar o perigo e agir de acordo com a urgência da hora. No olho do furacão as coisas parecem estar tranquilas. Mas é uma ilusão que geralmente custa muito caro. Por isto, conclamamos a direção nacional do PT a assumir uma firme atitude junto ao governo federal, propondo à presidenta que recomponha seu ministério, adote um programa claramente anti-recessivo e encaminhe imediatamente ao parlamento a convocação de um plebiscito sobre a convocação da Constituinte sobre o sistema político-eleitoral. ★

O anti-petismo recorre cada vez mais a expedientes ilegais, terroristas e fascistas

O atentado a bomba contra o Instituto Lula é consequência direta da campanha de ódio alimentada pelos grandes meios de comunicação e amplificada através das redes sociais. O anti-petismo recorre cada vez mais a expedientes ilegais, terroristas e fascistas.

O governo federal e demais instituições competentes tem a obrigação de tomar medidas imediatas, não apenas para localizar, prender e punir os autores do atentado; para proteger a vida do ex-presidente Lula; mas principalmente para defender as liberdades democráticas, que estão sendo ameaçadas por uma campanha golpista com forte respaldo na mídia, na oposição de direita, no grande capital e em setores do Estado brasileiro.

O Partido dos Trabalhadores também deve reagir imediatamente. As bombas contra duas sedes do PT, as várias agressões públicas contra petistas ilustres e anônimos, as seguidas tentativas de criminalizar o Partido e através dele o conjunto da esquerda, fazem parte de uma escalada que só será detida pela mobilização pública e massiva das forças populares.

Em cada cidade do país, as direções partidárias devem convocar atos públicos para repudiar ao terrorismo de direita. E a CEN, que se reunirá dia 4 de agosto, deve convocar uma manifestação nacional.

Como já ocorreu em outros momentos de nossa história, neste ano de 2015, o mês de agosto será decisivo.

A direita brasileira quer realinhar o Brasil aos interesses dos Estados Unidos, reduzir os direitos da classe trabalhadora e interromper o ciclo de governos encabeçados pela esquerda.

Vivemos num momento em que a passividade e a vacilação não seriam apenas um erro: seriam criminoso suicídio.

É preciso reagir já!!!

Mudar a política econômica; defender os direitos humanos, políticos e sociais; lutar pelas reformas estruturais democrático-populares e defender as liberdades democráticas. ★

O verdadeiro escândalo



No Brasil tivemos meio trilhão em impostos sonegados só em 2014. E onde estão os sonegadores?

Egon Krakhecke*

Grças ao funcionamento ativo das instituições, como não se via no passado, vivemos atualmente tempos de emergência e apuração de escândalos de corrupção. O que antes era varrido para debaixo dos tapetes agora se combate.

Todavia, passa praticamente despercebido um escandaloso desvio de recursos dos cofres públicos. O maior de todos. Refiro-me à astronômica sonegação fiscal que se pratica no Brasil. Só no ano passado a cifra sonegada em impostos ultrapassou o montante de **meio trilhão de reais**, segundo estimativa do *Sonegômetro*, instrumento criado pelo Sinprofaz (Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional).

Isso mesmo: **meio trilhão de reais!** Ou seja, em 2014 o total de tributos devidos e não recolhidos aos cofres públicos (502 bilhões de reais) alcançou 9,1% do PIB brasileiro (5,52 trilhões de reais, segundo o IBGE), ou, 27,9% de toda a arrecadação fiscal do país (1,8 trilhão de reais, segundo o *Impostômetro*, instrumento criado pela Associação Comercial de São Paulo).

Só para efeitos de comparação, a *Operação Lava-Jato*, envolvendo malversação de recursos públicos, estima até agora o desvio de cerca de 19 bilhões de reais; o balanço da Petrobrás confirma a cifra de 6,2 bilhões, o que equivale a 1,2% do total de impostos sonegados somente no ano passado. Em 2013, foram outros 415 bilhões de reais sonegados, segundo o *Sonegômetro*.

No entanto, a grande mídia chamou a atenção apenas sobre o escândalo da Petrobrás. E o distinto público, atizado pela mídia, foi para as ruas protestar, não contra o meio trilhão de reais de impostos desviados dos cofres públicos, mas para protestar contra o desvio menor. Não que o desvio menor não deva ser apurado e exemplarmente punido. Deve ser, sim. E está sendo.

Mas, por que razão um desvio de 6 bi é capaz de escandalizar a opinião pública, enquanto um desvio 80 vezes maior, que se repete ano após ano, sequer é lembrado, quanto mais apurado e punido?

Ora, a sonegação tributária envolve a alta classe média, a elite política e o grande empresariado, aí incluídas figuras de proa dos grandes órgãos de comunicação, entre eles a Rede Globo, como ficou evidenciado na recente divulgação das contas secretas no HSBC da Suíça e nas revelações da *Operação Zelotes*. Os paraísos fiscais, se falassem, haveriam de mostrar o tamanho gigantesco da sonegação desviada para o exterior. Por aí se entende por que a sonegação anual, quase trilionária, ainda não virou um escândalo nacional. Não há, obviamente, o menor interesse da grande mídia.

Por aí se entende por que a atenção pública foi, convenientemente, canalizada pela mídia para os desvios da Petrobrás. Por aí também se entende por que a mídia deu grande destaque, na *Lava-Jato*, ao envolvimento de políticos, empresários e gestores públicos próximos ao governo federal e ao seu principal partido de sustentação, o PT. E, de novo convenientemente, a mídia escondeu o envolvimento de figuras de proa da oposição e da bancada ruralista, atolados até o pescoço na lama da corrupção.

Era isso o que interessava à grande mídia: criar um grande alvoroço, indispondo amplos setores da opinião pública contra o governo e o PT.

Foram, assim, dadas as condições para que as ruas se agitassem, como ocorreu em 15 de março e 12 de abril. O pau cantou contra o governo e o PT. E vai continuar cantando.

Ninguém lembrou, minimamente, da enorme sonegação atual e da corrupção do passado. Ninguém lembrou que os sonegadores promovem concorrência desleal aos empresários honestos. E que os sonegadores — os mesmos que reclamam da deficiência dos serviços públicos — surripiam recursos preciosos que fazem falta para a educação, para a saúde, para a segurança pública, para investimentos em infraestrutura.

Os sonegadores abriram, inclusive e hipocritamente, a grita contra a alta carga tributária no Brasil. Empresários honestos também reclamam — estes, com boa dose de razão. Mas, poucos se lembram que, sem sonegação, a carga tributária poderia ser reduzida de 35% para 25% do PIB, mantendo a mesma arrecadação total de impostos.

Assim, a mídia foi construindo, gradativamente, a ideia de que a corrupção nasceu com os governos do PT, como se ela não estivesse fortemente arraigada na cultura política e na prática empresarial desde há muito tempo em nosso país. Como ocorre com a sonegação fiscal, por exemplo. Essa cultura é inerente ao nosso capitalismo.

Os sonegadores, a mídia incluída, conseguiram o que queriam. Muitos deles desfilaram pelas ruas, bradando, na maior *cara de pau*, contra a corrupção, defendendo o *impeachment* da Presidenta e, por vezes, até intervenção militar. Pregando moral com os fundilhos de fora.

Por outro lado, fica cada vez mais evidenciada a necessidade premente da reforma tributária. Mas, qual reforma tributária? Certamente, não qualquer reforma! No mínimo, uma reforma tributária que seja capaz de coibir a fantástica sonegação fiscal e de promover, ao mesmo tempo, justiça social, taxando mais pesadamente quem mais tem e mais pode e aliviando os impostos de quem tem menos e ganha menos. Os tributos devem incidir mais fortemente sobre patrimônio e renda e menos sobre o consumo, especialmente de bens e serviços essenciais.

Nossa atual carga tributária é fortemente regressiva, penalizando muito mais quem menos pode. Os ricos, além de serem proporcionalmente menos tributados, ainda sonegam despudoradamente, como vimos, uma fatia enorme dos impostos devidos.

O que fazer para levar a efeito uma reforma tributária nestes moldes? ★

*Egon Krakhecke é militante do PT

Uma marcha que floresceu da luta

Karen Lose*

Nos dias 11 e 12 de agosto, milhares de margaridas de todos os cantos do Brasil, do campo, da floresta, das águas e das cidades, marcharão em Brasília. Promovida pela Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, a Marcha das Margaridas é considerada a maior mobilização de mulheres trabalhadoras rurais do campo e da floresta do mundo e se consolidou na luta contra a fome, a pobreza e a violência sexista.

Sua última edição reuniu 70 mil mulheres e a expectativa para este ano é mobilizar mais de 100 mil, que marcharão com o lema “Margaridas seguem em marcha por desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade”.

Esta será a 5ª Marcha, que teve sua primeira edição no ano 2000, sempre realizada no mês de agosto, para lembrar a data em que Margarida Alves foi assassinada. Margarida Maria Alves rompeu com a hegemonia masculina de poder no Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba, onde ocupou por 12 anos a cadeira da presidência. Durante este período, lutou pelos direitos básicos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, como carteira de trabalho assinada, 13º salário, jornada de trabalho de oito horas, férias e foi responsável por mais de cem ações trabalhistas, o que gerou grande conflito com os interesses dos usineiros, que em 12 de Agosto de 1983 a assassinaram brutalmente.

Com uma ampla pauta de reivindicações entregue para o Governo Federal e o Congresso Nacional no início do mês de julho elas afirmam que o centro do debate passa por um desenvolvimento sustentável centrado na vida humana e no respeito ao meio ambiente, na diversidade racial, étnica, geracional e cultural e na autodeterminação dos povos. Este desenvolvimento sustentável tem a garantia da soberania alimentar e o fortalecimento da agricultura familiar como estratégias para romper com a



lógica do modelo de desenvolvimento capitalista e patriarcal, que privilegia a concentração de terra e de riquezas e gera pobreza e desigualdades.

As Margaridas cobram que durante muitos anos os governos brasileiros tem privilegiado um modelo de desenvolvimento rural sustentado na monocultura, concentração de terras, exploração dos recursos naturais e superexploração do trabalho pelo poder do latifúndio e do agronegócio. O avanço do capitalismo no campo tem se dado a partir da adoção de pacotes tecnológicos, insumos químicos e maquinários, recebendo como estímulo fortes investimentos públicos. Este modelo de desenvolvimento rural excluiu de suas estratégias a realização efetiva da reforma agrária e a ampliação da garantia de direitos para a população do campo.

Elas defendem outro modelo de desenvolvimento para o campo brasileiro, que tem como pilares estruturadores a realização da reforma agrária ampla e massiva e o fortalecimento e valorização da agricultura familiar, com o objetivo estratégico e central de promover soberania alimentar, com condições de vida e trabalho dignos.

A reforma agrária e a agricultura familiar estão no centro do desenvolvimento local, fortalecendo o espaço rural em sua diversidade econômica, social, cultural e política, que possa atender às demandas do

campo e da cidade por alimentos saudáveis e qualidade de vida.

O documento contempla a diversidade das mulheres de cada região do país, com pautas específicas para cada uma delas, além de destacar também a diminuição do uso de agrotóxicos, a agroecologia, a necessidade da participação social das mulheres na elaboração de políticas públicas e o combate à violência contra as mulheres.

Elas deixam claro sua preocupação com a conjuntura atual de ataque à democracia e são contra reorientações na política econômica em favor do capital, se negando a pagar pelos custos do ajuste fiscal.

As Margaridas colhem frutos das suas mobilizações. Foi através do diálogo com o Governo Federal que elas conquistaram a titulação conjunta das terras, o Programa Nacional de Agroecologia, as unidades móveis de enfrentamento à violência contra a mulheres nos estados, inclusive com barcos e o crédito com juros diferenciados para as agricultoras.

Margarida deixou um legado de ousadia, coragem e dedicação à luta das mulheres por terra, trabalho, igualdade, justiça e dignidade, que segue inspirando muitas outras mulheres a seguirem em marcha, para avançar ainda mais. ★

*Karen Lose é dirigente nacional da AE

O estatuto em defesa do Partido

*Adriano de Oliveira**

A Carta de Porto Alegre foi elaborada pelo Diretório Estadual do PTRS há mais de um mês e propunha, fundamentalmente, duas coisas: a defesa de mudanças imediatas na política econômica e a realização de um encontro extraordinário do PT.

Poucos são os petistas que dizem concordar com a atual política econômica. Sendo assim, é surpreendente a virulência com que setores do campo majoritário atacam a Carta de Porto Alegre e, especialmente, a proposição de um Encontro Extraordinário do PT para o final do ano.

Está previsto no Estatuto partidário a possibilidade de um Encontro Nacional ser convocado por maioria do Diretório Nacional ou por 1/3 dos delegados e delegadas eleitos. Precisamente no artigo 113 do referido estatuto, o que pode ser conferido por quem lê estas linhas na página nacional do partido: www.pt.org.br.

Então, é golpe apelar ao estatuto? O estatuto aprovado por essa mesma atual maioria nacional é “pra inglês ver”? Regras, que são em todo e qualquer lugar um instrumento de defesa da minoria contra toda e qualquer maioria, no PT são formalidades? Querer usar o estatuto, para reagir a paralisia suicida da atual maioria nacional, não pode? Se a atual minoria se atrever a tentar virar maioria no futuro, também será golpe? Também não pode?

No partido e na sociedade os símbolos que ficaram do nosso V Congresso foram de paralisia política, da reafirmação da “aliança estratégica” com o PMDB, de defesa incondicional do governo, de retrocesso organizativo como o da aprovação do fim do compromisso dos filiados e filiadas com a contribuição financeira do partido.

E como evoluiu a conjuntura de lá para cá? A economia? A situação política? O comportamento dos nossos inimigos? A situação do partido e de suas alianças? A “aliança estratégica” com o PMDB foi desmoralizada por Eduardo Cunha no dia posterior ao encerramento do V Congresso e pelo comportamento o PMDB a cada dia de lá para cá. O ajuste fiscal recessivo implementado pelo governo federal levou o país a uma crise econômica e política de

graves proporções e também a aprovação do governo e do partido ao chão, comprometendo, inclusive, a popularidade do ex-presidente Lula. A base do partido, que agora está oficialmente descomprometida com o financiamento do mesmo, continua acuada e sem saber como reagir ao tamanho da ofensiva conservadora sobre nós.

Agora, pergunto: que iniciativa política concreta tomou a atual direção majoritária do PT para reagir desde o congresso até aqui? Com qual estratégia vamos superar a crise? Qual a reação aos ataques sistemáticos da direita contra nós? Como vamos reagir ao recente ataque ao Instituto Lula? Nenhuma resposta da atual direção nacional do PT.

Infelizmente, muitos membros da atual maioria nacional do PT estão mais preocupados em impedir os que querem lutar de fazer qualquer coisa, do que de tomar iniciativas políticas. Pessoas de destacadas posições na direção nacional tem dedicado seu tempo em criticar a Carta de Porto Alegre, especialmente a proposta de Encontro Nacional para o final do ano como uma espécie de golpe ou de revanchismo. Quiçá tivéssemos tempo para luta interna desse tipo na conjuntura em que vivemos. Incrível é que alguns companheiros e companheiras de forças minoritárias do PT aceitem a intimidação desta maioria da inércia.

Também é lamentável que outros companheiros e companheiras ajam como se “a vaca já tivesse ido para o brejo...” e façam movimentos fracionistas e de “acúmulo” de forças para um possível “day after” que, sabemos, não existirá se a experiência his-

tórica do petismo for derrotada. Teremos então dias... anos... talvez décadas para balanços de toda ordem.

A atual maioria nacional devia demonstrar autocritica e convocar através do Diretório nacional do PT um encontro nacional ainda este ano, organizando um calendário de lutas imediato e convocando a nossa militância em todo o país para implementá-lo. Se não o fizer, continuaremos lutando para que os delegados e delegadas, nos termos do estatuto partidário, autoconvocuem um Encontro Nacional e avaliem, inclusive, a capacidade da atual direção nacional de continuar a nos conduzir. Talvez não seja apenas um direito e sim uma obrigação construir uma nova direção ao partido, mantido o comportamento da atual. Já as forças da minoria não podem jogar a toalha nem aceitar a chantagem política dos representantes da inércia. ★

*Adriano de Oliveira integra o Diretório Nacional do PT



Um futuro decente

Ibero Hipólito*

Mossoró, maior cidade do ponto de vista territorial do Rio Grande do Norte e segunda em população, contando com mais de 280 mil habitantes, está localizada a 286 km de distância da Capital, Natal. O município é referência na política estadual e porque não dizer também nacional. São mossoroenses as duas principais figuras da política tradicional e oligárquica do estado, a ex-governadora e dirigente nacional do PSB, Vilma Maria de Faria e o presidente nacional do DEM, Senador José Agripino Maia. A cidade também é conhecida nacionalmente pelo episódio de resistência ao bando do Cangaceiro Nordestino, Virgulino Ferreira da Silva, vulgo Lampião.

Historicamente comandada por uma família que se revezava no poder há décadas através de três facções, em Mossoró a oligarquia vestia a roupa de situação, oposição e também comprimia e sufocava outros setores políticos assumindo também a linha de terceira via.

A eleição de 2012 abriu um novo horizonte para os mossoroenses. A “briga caseira” foi parar na justiça e o resultado foram 12 processos de cassação da prefeita eleita do DEM, por compra de votos e abuso do poder econômico. Nesse momento, a oligarquia estava fragilizada. A tática de dividir para somar não surtia mais efeito imediato na população e criavam-se brechas para o surgimento de uma alternativa, de esquerda e progressista.

O PT que compunha chapa em 2012 com uma das facções da família Rosado, inclusive indicando o candidato a vice-prefeito (o recém filiado Reitor da Universidade Federal Rural do Semiárido), saiu do processo eleitoral com o mandato de vereador do professor universitário Luiz Carlos Martins, um dos mais bem votados da cidade.

O ano de 2014 veio e com ele a cassação e convocação de eleição suplementar, momento importante e que traria o PT novamente para o centro do debate. A Articulação de Esquerda apresentou o nome do Vereador Luiz Carlos como opção para a candidatura a Prefeito, mas a maioria partidária preferiu trilhar pela via mais fácil de chegada ao Palácio Rodol-

fo Fernandes e fechou aliança com o PSD, apoiando seu candidato. A indicação do nome na chapa de vice-prefeito passou a ter uma exigência: que fosse o vereador Luiz Carlos, reconhecido pela sociedade como um quadro político sério, de esquerda, ético e de forte responsabilidade partidária.

Após 34 anos de existência e de oposição em Mossoró, o partido chegava pela primeira vez ao governo. A população e nossa militância alimentaram a esperança de construção de uma gestão diferenciada, no entanto, o que vemos é um governo personalizado na figura do Prefeito, uma política de isolamento, barreiras para o diálogo com os setores populares, um enorme desgaste junto à população.

É fato, também, que a maioria do PT pouco tem contribuído para que tenhamos uma gestão diferente, com iniciativas progressistas, democráticas e que se assemelhem ao nosso campo de ideias. O Partido tem se ausentando do debate sobre os principais problemas da cidade.

Por outro lado, as iniciativas (Projeto “Pensando Mossoró”, que reúne diversos setores da sociedade para debater os principais temas da cidade e o “Escuta Popular”, que vai diretamente às comunidades e setores públicos dialogar com a população) do vice-prefeito, seu contato e

diálogo direto com a população, o tiraram do lugar comum e deu um peso político importante ao PT no processo sucessório municipal de 2016.

O quadro eleitoral ainda continua muito indefinido e os principais nomes tradicionais da família Rosado desgastados e com problemas na justiça. É o caso da ex-prefeita e ex-governadora Rosalba Ciarlini Rosado, que finalizou a sua gestão à frente do governo do estado com um alto índice de rejeição, próximo aos noventa por cento e com os direitos políticos cassados pela justiça. Porém, ainda tenta reverter a inegibilidade no TSE. Em contrapartida, as duas outras facções dos Rosados continuam fragilizadas eleitoralmente.

A eleição de 2016 se aproxima e com ela um grande vácuo a ser preenchido por uma proposta capaz de tirar Mossoró da situação de quase calamidade pública na prestação de serviços essenciais à população e de resgate da esperança por uma cidade mais justa. O desafio está posto para o PT: construir um projeto ousado e democrático-popular, ou se contentar na “máquina” municipal e ver sua identidade desconstruída pelo pragmatismo político que domina a maioria do PT. ★

* Ibero Hipólito é secretário-geral do PT/RN



Da esquerda para direita: Socorro Diógenes, Anekesia Oliveira, Vice-prefeito Luiz Carlos e Valmir Alves

O Papa e os movimentos

Leandro Molina*

Convidados pela Via Campesina Internacional, os deputados petistas Edegar Pretto e Dionilso Marcon participaram do 2º Encontro Mundial de Movimentos Populares e encontro com o Papa Francisco, em Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia.

O Encontro Mundial foi realizado nos dias 7, 8 e 9 de julho, e Edegar Pretto e Marcon foram os únicos deputados gaúchos presentes no evento.

Saudado por centenas de militantes de movimentos sociais de 40 países, o Papa Francisco encerrou o Encontro Mundial de Movimentos Populares. O pontífice foi recebido na Feira Exposição de Santa Cruz, junto com o presidente Evo Morales.

Francisco consolida apoio em defesa dos movimentos sociais

O Papa encantou os participantes do encontro ao defender os princípios da Encíclica Verde, de alimentação saudável e de produção de alimentos de modo sustentável. Ele encorajou a luta dos movimentos populares para que a população tenha acesso a “terra, moradia decente e trabalho digno”. Francisco afirmou que “a reforma agrária é, além de uma necessidade política, uma obrigação moral”, ao explicar que a especulação financeira sobre o preço dos alimentos faz com que milhões de pessoas se tornem vítimas da fome e da desigualdade.

O deputado Edegar Pretto diz que esta aproximação da Igreja Católica com as organizações sociais fortalece as pautas dos movimentos e abre um diálogo importante com toda a sociedade mundial. “Como líder máximo dos católicos, o Papa Francisco consolidou sua identificação com as demandas dos movimentos sociais”, avalia.

O parlamentar lembra que a pauta da redução das desigualdades nunca esteve tão atual, e tem que estar na linha de frente das prioridades de todas as autoridades a partir do momento em que grandes potências, hoje, estão diante de um verdadeiro dilema político, econômico e social.



“Jamais percam sua fé revolucionária”, diz o Papa

O Papa falou contra o capitalismo e em defesa da mãe terra e da natureza. Ele declarou que há necessidade de mudanças estruturais profundas na sociedade, que sejam capazes de combater o modelo capitalista, pois ainda há muitos camponeses sem terra, famílias sem teto, trabalhadores sem direitos e pessoas feridas em sua dignidade.

“Precisamos e queremos uma mudança que atinja o mundo inteiro porque hoje a interdependência global exige respostas globais para os problemas locais. A globalização da esperança, que nasce dos povos e cresce entre os pobres, deve substituir esta globalização da exclusão e da indiferença”, explicou o Papa.

O pontífice criticou ainda o sistema econômico atual, que, segundo ele, “coloca os lucros acima” dos seres humanos. “Se o lucro é econômico, sobre a humanidade ou sobre o homem, são efeitos de uma cultura do descarte que considera o ser humano em si mesmo como um bem de consumo, que pode ser usado e depois jogado fora”, declarou.

Ele também comentou que “a comunidade científica têm produzido danos irreversíveis ao ecossistema, castigando os povos, poluindo o solo, a água e o ar, e colocando os seres vivos em constante ameaça”. “Cuidem bem da mãe terra”, pediu.

Ao fim do seu pronunciamento, Papa Francisco disse aos participantes que “jamais percam sua fé revolucionária”.

2º Encontro Mundial de Movimentos Populares

O Encontro Mundial de Movimentos Populares reuniu mais de 400 movimentos, organizações e pastorais sociais, vindos de mais de 40 países. Mais de dois mil delegados e delegadas, tendo como principal discussão os direitos por Terra, Teto e Trabalho.

O deputado Edegar Pretto ressalta que questões ligadas ao trabalho também marcaram a segunda edição do evento. Um dos principais pontos destacados foi a contrariedade com os projetos de terceirizações no mundo.

É consenso dos movimentos que não adianta somente boa vontade de trabalhadores e governantes, é preciso defender os direitos sem menosprezar os avanços e fortalecer o papel das centrais sindicais, ampliando a conscientização popular em relação ao tema. “Após três dias de encontro, contribuimos na elaboração da Carta de Santa Cruz que, entre outros temas, reafirma a luta em defesa da reforma agrária, produção de alimentos saudáveis e da soberania alimentar, e ainda o combate ao surgimento de novas formas de acumulação e especulação da terra e do território como mercadorias, vinculadas ao agronegócio”, diz Edegar Pretto.

sociais



Nas fotos, militantes dos movimentos sociais brasileiros, Evo e o Papa: um momento histórico

O deputado considera que o recado do Papa para a sociedade mundial é um marco na história da luta dos movimentos sociais populares. “A experiência daqueles dias na Bolívia me permitem afirmar o perfil revolucionário do Papa Francisco. Seu discurso e suas ações são um alento neste momento em que posturas conservadoras e radicais avançam de maneira assustadora”, afirma Pretto.

A defesa da terra e da soberania alimentar fazem parte da Carta de Santa Cruz. O documento defende a promoção da Reforma Agrária integral, com a distribuição de terra de forma justa e equitativa. As organizações também reafirmaram a luta em defesa da produção de alimentos saudáveis e da soberania alimentar, condenando os transgênicos.

‘Encíclica verde’, em defesa da vida

O documento lançado em maio de 2015 pelo Papa Francisco condena o atual modelo de mercado no mundial e propõe novos modos de vida. Para os movimentos sociais o Papa foi muito além do se esperava. Ele faz um afronta direta ao capitalismo, ao livre mercado.

O Papa, recordando a sua Encíclica *Laudato Sí*, afirmou que a atitude de cuidar do ambiente significa uma atitude humana. Neste sentido ele reforçou a ideia de que a *Laudato Sí* é uma encíclica social.

Para o deputado Edegar Pretto, a decisão do papa Francisco de iniciar um debate desta envergadura foi extremamente acertada, e colocou o tema no centro das dis-

cussões no mundo. Um dos pontos do documento tem diálogo direto com as pautas do mandato do parlamentar que tratam da produção de alimentos saudáveis. O papa Francisco traça com clareza os principais problemas contemporâneos do planeta, e destaca a tarefa que cada um de nós precisa para contribuir com a preservação da natureza.

No documento Francisco afirma que “o urgente desafio de proteger a nossa casa comum, e inclui a preocupação de unir toda a família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral, pois sabemos que as coisas podem mudar”.

O deputado federal Marcon, que iniciou sua trajetória política na Pastoral da Juventude da Igreja Católica, destaca suas impressões sobre o evento e, particularmente, sobre a participação do Papa: “a troca de experiência com outros movimentos sociais da América Latina e com Francisco foi muito válida. Voltamos mais fortes, mais unidos e com ideias renovadoras para seguirmos lutando por um mundo melhor”, explicou.

“Nova onda da Igreja Católica”

Desde o 1º Encontro Mundial de Movimentos Populares o Papa vem se aproximando dos movimentos e organizações sociais para discutir e procurar soluções para os problemas do mundo. Na Bolívia não foi diferente. O Encontro foi uma continuação do debate ocorrido no Vaticano no ano passado. Entre os participantes de en-

tão estava João Pedro Stédile, coordenador do MST e Via Campesina. Ele foi um dos mentores dos dois Encontros Mundiais, e em seu depoimento traduz uma síntese da visão dos movimentos populares em torno das causas da crescente desigualdade social e do aumento da exclusão em todo mundo, principalmente a exclusão da terra, do teto e do trabalho. “Nós estamos satisfeitos com o evento. O que ocorreu aqui na Bolívia é a continuidade do processo de diálogo proposto pelo Papa Francisco, e que representa essa nova onda da Igreja Católica voltada aos trabalhadores mais pobres e excluídos”.

Stédile avalia que o melhor lugar para encontro foi a Bolívia, sobretudo para reunir a América Latina, em função do clima do governo popular e dos movimentos populares que são muito ativos. Marcamos o Encontro Mundial e aproveitamos a presença do Papa, e vamos seguir avançando nesse diálogo permanente”, diz.

Por fim, ele relata que o evento não foi apenas para construir documentos, mas uma oportunidade para um intercâmbio de experiências e conhecimentos. “Sabermos o nível de demandas de cada país e, acima de tudo, discutirmos quais são as saídas comuns que devemos ter claro para impulsionarmos em nossos países. Se os problemas são os mesmos e as causas são as mesmas, nós temos que buscar em conjunto a construção das soluções que vão nos levar ao caminho da sociedade mais justa e fraterna”, conclui. ★

*Leandro Molina é jornalista

Fala Patrick

Página 13 abre espaço, nesta e nas próximas páginas, para a opinião de três jovens petistas: Patrick Campos, candidato à secretário nacional da Juventude Petista; Adriele Manjabosco, candidata à secretária da JPT gaúcha; e Pedro Feitoza, candidato à secretário da JPT do Rio Grande do Norte.



A juventude petista precisa se manifestar e se organizar para enfrentar este ajuste que apenas aprofunda a crise política.

Página 13. Qual balanço você faz sobre a atuação da JPT nos últimos anos?

Patrick. Falando da direção da JPT, afirmo que ela esteve muito abaixo daquilo que a militância petista quis e precisou. Muito abaixo porque ao contrário de organizar a juventude trabalhadora e disputa-la para o petismo, caminhou no sentido da burocratização e do afastamento desta juventude.

As posições acrílicas e na maior parte das vezes a falta de posição e opinião política própria fez da JPT uma correia de transmissão do pensamento produzido pelos militantes do Partido no Governo, por parlamentares e figuras da direção partidária.

Certamente não podemos aplicar este mesmo diagnóstico que trata da direção da JPT ao conjunto da militância jovem petista. Mas como resultado desta situação, as centenas de milhares de jovens petistas, filiados ou não, estão longe do cotidiano e da vida partidária, pouco organizados e atuando de maneira dispersa.

A própria atuação da JPT nos movimentos sociais é reflexo desse cenário. Basta citar a atuação dos estudantes petistas na construção da União Nacional dos Estudantes para perceber isso.

Além de termos desacomulado em debates muito caros a JPT. A formulação sobre a transitoriedade da condição juvenil cai por terra quando o próprio secretário nacional da JPT realiza sua reeleição tácita, ficando quatro anos a frente da secretaria de juventude do partido.

Página 13. De que modo a juventude petista de contribuir para que o PT supere a atual crise?

Patrick. Disputando os rumos do partido na perspectiva de mudar sua estratégia. A realização do III Congresso é uma grande oportunidade de fazer esta disputa. Toda a militância do partido esperava que o 5º Congresso cumprisse esse papel. Como aquele deixou de cumprir, a JPT não deve vacilar em recolocar todo o debate novamente sobre a mesa e convocar o conjunto do partido a travá-lo.

Por outro lado, a juventude petista precisa reforçar junto aos movimentos sociais nos quais esta inserida a pauta de luta em defesa dos direitos dos trabalhadores e da democracia, convocando sempre o PT a somar-se a esta luta. Uma das principais questões diz respeito a pauta do ajuste fiscal implementado pelo Governo.

A juventude petista precisa se manifestar e se organizar para enfrentar este ajuste que apenas aprofunda a crise política. Combater o ajuste fiscal recessivo e disputar o governo para uma pauta positiva para os trabalhadores é o caminho para que o PT supere a atual crise.

Página 13. Quais são os principais desafios do III Congresso da JPT?

Patrick. O primeiro desafio será o de fazer com o que Congresso da JPT não seja

uma versão jovem do 5º Congresso do PT. Ou seja, que não sirva para nada. O Congresso precisa apontar um caminho para a militância e para a direção do Partido dos Trabalhadores que possa nos tirar da defensiva. Um caminho que passa por mudar a estratégia do partido e dar um cavalo-de-pau na política do Governo.

Um segundo desafio será o de recriar as condições para a relação da JPT com a juventude trabalhadora. O debate sobre a constituição de uma frente de massas do PT na juventude, portanto, precisa ser retomado. Nesse ponto o congresso terá o desafio de formular uma estratégia de curto e médio prazo para a organização destes setores da juventude que hoje estão em disputa e que temos perdido para o conservadorismo.

Outro desafio será o de tratar as questões do combate as opressões, ao machismo, racismo, LGBTfobia e o extermínio da juventude como centrais e não secundárias. O próprio tema do congresso, que será realizado no dia da consciência negra, faz com que tenhamos toda a atenção com aquilo que hoje vem determinando a vida e a sobrevivência da juventude trabalhadora.

Por fim, o III Congresso da JPT terá o desafio de fazer funcionar algumas engrenagens do partido que estão enferrujadas. O desafio de não ser mais um espaço definido pelo poder econômico. ★

Nossos Sonhos, só a luta faz valer!

*Adriele Manjabosco**

O terceiro congresso da JPT-RS ocorre em um dos períodos de menor mobilização e organização do conjunto da militância jovem petista no estado. Desde a década de 1990, a juventude do PT-RS foi exemplo de organização municipalizada e de relação com os movimentos sociais. Foi propulsora dos primeiros debates sobre a importância do PT ter uma organização de juventude e contribuiu significativamente com as formulações acerca das políticas públicas para a Juventude. Também protagonizou diversas lutas, como os atos Fora Yeda, campanhas como a “UERS também quero” no Governo Olívio Dutra, organizou o acampamento da juventude do Fórum Social Mundial e tantas outras atividades, encontros e espaços que mobilizaram e envolveram a Juventude Petista de todos os cantos do estado.

O fato de termos ficado quatro anos sem realizar o terceiro congresso contribui para uma situação de desmobilização e de dissolução das direções municipais. Em grande parte dos municípios a JPT sequer tem reunido. Também nos atinge a criminalização do PT, da participação política e a ofensiva do conservadorismo, que possuem como alvo direto a juventude. A esses fatores, soma-se uma direção estadual da JPT pouco mobilizada e distanciada da base.

Tendo como base esse cenário, o III congresso estadual da Juventude do PT deve ser um processo que sirva para reorganizar a JPT no estado e nos municípios e que coloque na linha de frente a discussão política e programática. Um processo que culmine na eleição de uma nova direção estadual da JPT que dê conta dos desafios colocados para a organização e mobilização da Juventude trabalhadora.

Para dar conta destes desafios o III ConJPT RS deve:

- a) realizar um profundo balanço das últimas gestões;
- b) ser um processo de debate amplo com a militância petista, reunindo jovens filiados e não filiados e militantes dos movimentos sociais, como o movi-

mento estudantil, sindical, de luta pela moradia, sem-terra, feministas, dos pequenos agricultores e tantos outros que a juventude do PT atua e constrói;

c) apontar uma agenda e um calendário de lutas para o próximo período, que esteja vinculada à resistência e enfrentamento ao governo Sartori e sua política de desmonte, precarização e privatização do estado;

d) que debata a relação do PT com a Juventude, a atual estratégia política adotada pelo PT e pelo Governo Federal e a organização partidária a fim de apontar as mudanças necessárias para o partido e para o governo.

Uma organização sem jovens organizados e atuantes é uma organização envelhecida. Por isso, vamos para o Congresso da JPT reacendendo o debate da necessidade de uma juventude de massas, verdadeiramente ativa, que esteja à altura e a frente de seu tempo. Presente em todos os espaços onde vive e atua a juventude. Que resgate as melhores tradições do PT e que represente para a juventude trabalhadora os sonhos, as lutas e as transformações. ★

***Adriele Marlene Manjabosco** é da Executiva Estadual do PT - RS



LIVROS

O PT e a juventude

A relação do PT com a juventude, assim como da juventude com o PT sempre foi marcada por conflitos e contradições.

Este livro propicia às novas gerações de jovens petistas o contato com um conjunto de elaborações políticas e também com a trajetória de um período que conquistou importantes avanços para a organização da JPT e a compreensão do PT sobre a juventude.

Seus autores fazem parte de uma geração que protagonizou grandes embates sobre como deveria ser a relação do PT com a juventude, negou a visão instrumentalista, combateu duramente a concepção de jovem como um “problema social” e elaborou uma nova forma de construção e organização da Juventude do PT.

Em um cenário de acirramento da luta de classes e ofensiva do conservadorismo, onde a juventude é um dos principais setores em disputa, repensar a JPT e a relação do PT com a juventude mais do que nunca, continua sendo um desafio e uma responsabilidade histórica.

Semear a esperança

Pedro Feitoza*

Vivemos tempos difíceis para a classe trabalhadora, para os movimentos sociais do campo e da cidade. Tempos difíceis para um governo federal eleito a partir de uma plataforma política impulsionada por amplos setores progressistas da sociedade brasileira e que hoje se encontra acuado, refém de uma crise econômica e social potencializada pelos seus próprios erros e pela aposta de que a repetição poderá trazer um futuro diferente. Tempos difíceis para o PT, um partido que nasceu contra o medo e a desesperança e agora, envelhecido, depois de ser protagonista da maior transformação que o Brasil já viveu, se agarra em seu passado para afirmar que mais mudanças, em algum momento, ainda virão. Bastaria ter fé.

Tempos difíceis, de crise. Porém a maior crise que vivemos não é aquela alardeada a todo momento na mídia hegemônica. Crise que anuncia aumento de preços e desemprego, cortes de orçamentos e flexibilização de leis trabalhistas. Não é aquela que coloca em risco a democracia pela ameaça de golpe. A maior crise que vivemos é aquela que impede que cada uma das outras sejam vistas em seu próprio tempo histórico abrindo espaço para sua superação. É a crise da política no mais profundo sentido do termo. Política como projeto de futuro e semeador de esperança.

Se apontamos como crise fundamental a ausência de projeto futuro capaz de semear a esperança e mobilizar pessoas, só podemos falar de soluções que passem necessariamente por aqueles sujeitos que mais são otimistas em relação ao futuro e a capacidade de mudar o mundo - e por isso carregam no próprio momento de vida o novo que luta pra nascer: a juventude, especialmente a trabalhadora e filha de trabalhadores.

A juventude brasileira representa cerca de 50 milhões de indivíduos no país. Jovens frutos da década de 1990 que não são alienados da realidade política e justamente os mais afetados pela crise econômica, pela precarização do trabalho e que tentam encontrar espaço nos tempos confusos que vivemos. Se quisermos superar os proble-

mas que enfrentamos, precisamos apostar cada vez mais na criatividade da juventude trabalhadora.

É nesse cenário que começa a preparação do 3º Congresso da JPT. Uma grande oportunidade não apenas como transição geracional, mas sobretudo como renovação de um projeto político. Tal oportunidade só poderá ser aproveitada se a JPT se colocar como protagonista da necessária mudança de estratégia do partido: reocupar as ruas a partir de um programa que consiga mobilizar grandes parcelas da classe trabalhadora; construir uma frente democrática e popular; ajudar a combinar luta institucional, luta social e cultural em torno de um projeto socialista; lutar pela mudança da linha do governo: que os ricos paguem a conta do ajuste; e por fim, a mudança do próprio Partido.

Portanto, cabem as seguintes iniciativas:

1. integrar-se às lutas que a juventude desenvolve em seu cotidiano, estimulando a iniciativa dos jovens filiados e não filiados e agregar em torno de reivindicações concretas que expressem os anseios de quem se encontra cotidianamente em um determinado local de convivência;
2. desenvolver, em cada cidade, atividades com os jovens militantes, filiados e simpatizantes para debater as questões que estão na pauta política do município e da região e construir diretivas concretas de ação organizada;
3. em parceria com os setoriais do PT, fortalecer as relações com movimentos sociais aliados na luta política e social brasileira, construindo canais de diálogo e atuação comum nas ações cotidianas do movimento sindical, de moradia, sem-terra, de mulheres, negro, LGBT, estudantil etc.
4. a partir das lutas sociais, organizar fóruns permanentes de articulação dos petistas nos movimentos para combater a dispersão de nossas forças e desorientação de nossa militância.

Não é se valendo do medo de retorno a um passado ou da desesperança que impede a rebeldia por mudanças que o PT continuará a ser o principal instrumento da classe trabalhadora. Pelo contrário, é apostando na construção de um projeto político ousado, não de mero administrador do possível, mas portador cada vez mais representativo dos sonhos da juventude trabalhadora brasileira. Um projeto semeador de esperança do verbo esperar: esperança não de quem espera, mas de quem luta, corre atrás, não desiste, esperança de quem se junta a outros para fazer diferente. ★

*Pedro Feitoza é candidato a Secretário Estadual da Juventude do PT no Rio Grande do Norte



É apostando na construção de um projeto político ousado, não de mero administrador do possível, mas portador cada vez mais representativo dos sonhos da juventude trabalhadora brasileira

Defender nosso projeto

*Pamela Kenne**

Se as cotas e o ENEM/SiSU abriram as portas do ensino superior à juventude da classe trabalhadora, as políticas de assistência estudantil que acompanharam tal medida possibilitaram a esta juventude concluir este ensino.

Com a efetivação da porcentagem mínima dos 50% de cotas (Lei 12.711/12) e a consolidação de uma política de assistência estudantil a ser inserida em todas as universidades públicas, o movimento estudantil se encontrou no momento de colocar na ordem do dia a transformação estrutural das universidades.

No entanto, o atual contexto político e econômico coloca a situação das universidades públicas em um cenário semelhante ao que foi combatido, nas ruas e nas urnas, antes do primeiro governo petista: cortes e contingenciamentos de recursos públicos, ampliação de investimentos privados, expansão da rede de instituições particulares, redução de salários de servidores federais etc.

Quando estávamos a ponto de avançar no tripé “entrar, permanecer e transformar a universidade”, somos obrigados a barrar retrocessos no que já parecia estar se consolidando: as políticas de assistência estudantil e de expansão do ensino superior.

As universidades públicas precisam, ao contrário do que é proposto com os cortes de investimento na educação, ampliar os seus recursos para garantir que todos os jovens possam acessar e concluir a sua graduação.

Não cabem cortes em uma conjuntura em que precisamos de uma Reforma Universitária que curricularize a extensão, correspondendo à necessidade de produção de conhecimento voltado às demandas sociais.

Urge acabar com os financiamentos privados da produção científica, na pesquisa e na extensão. O caminho para soberania tecnológica do Brasil e da América Latina está intimamente ligado ao fim da venda da produção científica dos estudantes a indústrias estrangeiras como a Monsanto.

A ampliação de investimento público para a educação deve vir junto ao orçamento participativo, que coloque estudantes, servidores, comunidade externa e movimentos sociais no poder de decidir sobre a aplicação desses recursos. Bem como



os espaços de decisão de todas as políticas econômicas, de assistência e educacionais das universidades devem estar divididos igualmente entre todas as categorias.

É necessário que a UNE retorne às ruas e às salas de aula, que transforme o seu próprio modo de atuação, que democratize os seus espaços de decisão. É necessário carregar a bandeira e o peso histórico da defesa da educação democrática e popular, colocar na ordem do dia a defesa da educação pública e uma reforma universitária a serviço dos trabalhadores e trabalhadoras.

No entanto, hoje não se vê a UNE levantar bandeiras nas ruas. A ampla maioria dos estudantes não conhece a sua entidade representativa nacional. Não existe um trabalho na base para discutir as questões que estão colocadas no âmbito da educação e que afetam diretamente os estudantes. Não se vê campanhas em torno da Assistência Estudantil e da Reforma Universitária.

Enquanto a maioria dos jovens que acessa o ensino superior ainda não tem acesso a políticas de permanência; enquanto jovens quilombolas e indígenas são obrigados a se adaptar a um modelo de ensino que nada contribui às suas demandas; enquanto o filho do pequeno produtor rural tem o seu conhecimento moldado para trabalhar para grandes indústrias que exploram a sua classe; enquanto milhares de jovens não têm acesso ao ensino superior; enquanto a classe trabalhadora ainda vende o seu sangue, fora e dentro das universidades, e tem os seus direitos reduzidos em detrimento de interesses econômicos externos, a direção da UNE organiza um congresso sem foco

nos debates políticos, comprometimento e ações.

Dessa forma, convoca-se a UNE e toda a juventude à defesa do nosso projeto de universidade e sociedade. Convoca-se a UNE ao lado dos sindicatos e movimentos sociais para defender os direitos da classe trabalhadora. Mas, sobretudo, convoca-se a UNE a lutar pela educação, pela efetivação do PNE e pela Reforma Universitária. Convoca-se uma jornada de lutas em defesa da educação e contra os cortes que não faz coro ao golpismo conservador que ronda o país, que não permanece apenas na defensiva, mas que avança ao horizonte de direitos universais e justos. Convoca-se às ruas o Movimento Estudantil que o contexto político e econômico demanda. ★

***Pamela Kenne** é estudante de Psicologia (UFSM) e Diretora de Extensão da União Nacional dos Estudantes



Eleição do SEPE

Izabel Cristina da Costa*

Numa conjuntura de crescente ofensiva conservadora na sociedade, mas também de resistência dos trabalhadores contra os ajustes fiscais dos governos e o avanço da terceirização, aconteceram as eleições do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (SEPE), um dos maiores e mais importantes sindicatos do estado fluminense. Estas eleições expressaram os dilemas da categoria diante da histórica mobilização de massas de 2013, marcada pelos eventos de junho, e da derrota da greve de 2014 na capital e na rede estadual. Estes movimentos reuniram uma geração de novos ativistas, dispostos a lutar, mas com pouca confiança na capacidade de liderança do sindicato.

O SEPE é um sindicato com proporcionalidade direta e qualificada na base. A total falta de unidade entre os seus vários grupos políticos proporcionou uma grande fragmentação do processo eleitoral, com a presença de 8 chapas candidatando-se à direção central, e mais algumas surgidas em regionais da capital e núcleos do estado. Este quadro expressou a profunda divisão existente no seio das esquerdas no Rio de Janeiro e uma crise crescente no interior dos agrupamentos que dirigem o sindicato há décadas, e que formam uma ampla maioria no SEPE: independentes e diversas correntes do PSOL e PSTU.

A chapa 2, **Oposição por um SEPE de vitórias**, apresentou-se coesa, repetindo praticamente a mesma composição política das eleições anteriores: ativistas independentes, PT, PCdoB, PSB e um grupo regional denominado Ação Crítica. Em comum, a referência dos militantes na CNTE, a Confederação Nacional dos Trabalhadores de Educação, que representa a grande maioria dos sindicatos de professores e de funcionários do Brasil.

As perspectivas iniciais não eram nada animadoras. Embora a fragmentação favorecesse à chapa 2, o crescente processo de criminalização da política e dos militantes identificados com o PT atingiam diretamente a nossa capacidade de diálogo e de conquista dos votos da categoria. Todavia, a atuação dos ativistas da CNTE durante a gestão demonstrou-se correta, propiciando



o reconhecimento da categoria e um resultado vitorioso politicamente nas eleições do sindicato. Apresentou uma atitude de independência diante de todos os governos e de crítica às medidas que afetavam diretamente os interesses dos trabalhadores e dos oprimidos do país, convocando-os para a luta.

O movimento **Oposição por um SEPE de vitórias** desempenhou também um importante papel na luta da educação em 2013, principalmente na rede municipal do RJ, que há 19 anos não realizava uma greve. Os militantes defenderam, ao mesmo tempo, a mobilização nas ruas, mas também o diálogo e a negociação. Em 2014, numa paralisação de ultravanguarda, com cerca de 10% de adesão, combateu as omissões e o apoio de diversos grupos do SEPE em relação ao eixo “Não vai ter copa”. Indicou a necessidade de romper o isolamento e de negociar a pauta concreta dos professores e funcionários da educação. A grave derrota do movimento, que significou a perda de origem de diversos profissionais em suas escolas e descontos ainda hoje não devolvidos, acentuou ainda mais a crise do sindicato. Todavia, as/os companheiras/os da chapa 2 ganharam o respeito de diversos segmentos da categoria devido à sua postura clara e corajosa.

A chapa 2, “Oposição por um SEPE de vitórias”, apresentou-se coesa, repetindo praticamente a mesma composição política das eleições anteriores

O resultado politicamente foi significativo: um festejado terceiro lugar (16,59%), à frente de fortes organizações na educação fluminense, como o PSTU (chapa 7). Mais importante ainda: a acertada atuação política nos últimos dois anos foi reconhecida com a vitória na capital, vencendo em 5 das nove regiões, e dirigindo 3 regionais da Zona Oeste e a Grande Madureira. Houve um crescimento também no interior do Rio, em regiões como o sul fluminense, o norte-noroeste e serrana, destacando-se as votações de Barra Mansa, Volta Redonda, Barra do Piraí, Resende, Conceição de Macabu, Itaperuna, Santo Antônio de Pádua, Petrópolis e Três Rios. Destaca-se uma importante votação na Baixada Fluminense (São João de Meriti e Nova Iguaçu) e em Cabo Frio. Vencemos em Campos e Macaé, importantes núcleos do interior do estado.

Os desafios nesse triênio (2015-2018) serão imensos, envolvidos numa das conjunturas mais difíceis das últimas décadas.

Deveremos lutar para que o SEPE volte a representar o chão da escola, as demandas e as lutas cotidianas dos profissionais da educação, trazendo de volta a credibilidade que ele tanto carece. Mas também, teremos um papel importante na luta pela construção de um sindicato que não se isole, que rompa o sectarismo e se junte às lutas da educação que ocorrem por todo o Brasil, impulsionadas pela CNTE. Por fim, um sindicato que tenha a consciência do gravíssimo momento vivido pelo país, dialogando e ganhando a categoria para uma agenda progressista que não transforme os pobres e oprimidos em culpados da crise, que não criminalize a política e que, sobretudo, fortaleça a unidade de todas as esquerdas como a solução para a crise, exigindo as reformas estruturais que o país necessita urgentemente para dar um salto superior às mudanças realizadas nos últimos anos. ★

***Izabel Cristina da Costa**, diretora do SEPE

RESULTADO DAS ELEIÇÕES DO



SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

CHAPA 8 Independentes, Insurgência (Psol) e Construção Socialista (Conlutas) – 4015 votos (26,52%)

CHAPA 1 Independentes e Psol – 2643 votos (17,45%)

CHAPA 2 Independentes, CNTE (CUT/CTB/Ação Crítica) – 2512 votos (16,59%)

CHAPA 7 Independentes, PSTU e LSR (Psol) – 2141 votos (14,14%)

CHAPA 6 Independentes, CST e Alicerce (Psol) – 1327 votos (8,76%)

CHAPA 4 Independentes, APS minoria (Psol) – 1115 votos (7,36%)

CHAPA 3 Independentes, setores do PDT, PPL, PPS – 736 votos (4,86%)

CHAPA 5 Independentes, PCB – 653 votos (4,31%)

TOTAL DE VOTANTES: 16.328

Nosso resultado na capital: 1º lugar com 952 votos, cerca de 28%

A ESQUERDA PRECISA DE TUA CONTRIBUIÇÃO!

Campanha de arrecadação financeira

Página 13

Companheira e companheiro,

Escrevemos em nome da tendência petista Articulação de Esquerda.

Somos uma tendência que reúne petistas que defendem um programa e uma estratégia democrático-popular e socialista. Nossa visão está detalhada em vários textos, entre os quais as resoluções de nosso recente Segundo Congresso disponível em nosso site www.pagina13.org.br

Mantemos uma página eletrônica e atuamos nas chamadas redes sociais; editamos mensalmente o jornal Página 13; editamos três vezes ao ano a revista Esquerda Petista; e realizamos semestralmente uma jornada nacional de formação.

Nossos recursos são provenientes de três fontes: 1) contribuições dos/as petistas que participam ou simpatizam com a Articulação de Esquerda; 2) venda de materiais; 3)

atividades e campanhas especiais de arrecadação.

Neste momento estamos realizando uma campanha de arrecadação financeira junto a pessoas como você, que compartilham em alguma medida nossas propostas e ideais.

Caso você queira e esteja em condições, pedimos que contribua com qualquer valor. Pode ser uma única vez ou parceladamente.

Estamos a disposição para eventuais dúvidas. Abaixo nossa conta para depósito e endereço eletrônico para o envio de informações.

Desde já agradecemos pela atenção e pelo apoio.

Saudações petistas

Valter Pomar e Damarci Olivi

Pela direção nacional da Articulação de Esquerda

Conta para depósito no Banco do Brasil:
Agência 3321-9
Conta Corrente 34.297-1
Em nome de Rubens Alves da Silva

OU

Para pagar via Pag Seguro com boleto ou cartão:
www.pagina13.org.br/apresentacao/doacoes/
Dúvidas e informações:
tesouraria@pagina13.org.br

Em defesa do serviço público

Eleandra Koch*

Os servidores públicos federais do executivo, em 2012, diante de uma perspectiva de arrocho salarial anunciada pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPOG), realizaram uma greve nacional em defesa do serviço público e pela valorização das carreiras. Após muita luta, com mais de dois meses de greve, foi conquistado 15, 8% de aumento parcelado em três anos. Diante da perspectiva de aumento zero e da indisposição de negociar do governo, foi uma importante vitória.

De lá para cá a CONDSEF, que representa 80% do serviço público, colocou no centro de sua pauta a regulamentação da negociação coletiva (Convenção 151 da OIT) e a extensão da Lei 12.277/10 (que versa sobre carreiras transversais) a todos/as os/as servidores/as.

Outras entidades que compõem o Fórum dos Federais assumiram essa bandeira da equiparação, por entender que tal medida cria as condições para reestruturar o conjunto das carreiras. Da mesma forma, intensificou-se a luta pela paridade entre ativos e aposentados, nas gratificações que hoje infelizmente representam a maior parte da remuneração dos servidores federais do executivo. A desvalorização do Vencimento Básico (VB) representa a manutenção da triste herança de sobreposição das famigeradas avaliações de desempenho sobre o VB e conseqüentemente o enfraquecimento das carreiras e precarização do serviço público.

O governo, quando assinou o acordo, se comprometeu em manter as mesas de negociação das pautas referente à reestruturação e fortalecimento das carreiras. Infelizmente houve pouquíssimos avanços nessa agenda. E também questões não monetárias mas importantes dos termos dos acordos não foram cumpridas por parte do governo.

Dessa forma, em 2014, algumas carreiras e/ou órgãos realizaram greves, como no âmbito da CONDSEF foi o caso da Cultura. No ano passado, o governo tinha anunciado que faria correções das cláusulas sociais (por exemplo, o vale alimentação), as quais não dependem de aprovação orçamentária. O que não ocorreu. Ainda no mesmo ano havia uma expectativa de que o governo re-



tomasse a concessão de licenças sindicais, as quais foram atacadas na era FHC, o que também não se efetivou, já que a presidenta vetou a lei que retomava tal proteção da organização sindical.

Acreditava-se que a presidenta, candidata à reeleição, se comprometeria com a regulamentação da Convenção 151; outra oportunidade perdida, já que ela não o fez.

Tais atitudes por parte do governo contribuíram para uma radicalização no serviço público federal, contrária à Dilma e ao PT. Bem como, por outro lado, se intensificou a tensão pró-desfiliação da CONDSEF da CUT.

Contudo, a presidenta Dilma, diante de uma enorme polarização com o Aécio, fez o importante gesto de ser a única candidatura que respondeu à pauta de reivindicações encaminhada pela Confederação, através de um documento público de campanha em que afirmou um conjunto de compromissos com a defesa das carreiras e do serviço público.

Tal atitude distensionou significativamente o enorme desgaste que havia nessas categorias federais. A maioria das forças políticas assumiu a defesa da candidatura da presidenta Dilma e setores significativos se engajaram na defesa de sua reeleição.

Em janeiro de 2015 expirou o prazo do acordo de 2012. Dessa vez, felizmente, o governo federal -- diante do desgaste que amargou na expressiva greve de 2012 -- se antecipou e atendeu o pedido de abertura de Mesas de Negociação.

Desde o final de 2014, o MPOG instalou mesas de negociação, com diversos setores. Os federais construíram uma pauta unificada de campanha salarial, que reivindicava 27,03% de aumento linear, considerando a reposição das perdas dos últimos anos, além da extensão da 12.277/10 e da regulamentação da negociação coletiva.

O governo, por sua vez, apresentou a proposta de reajuste de 21,3% parcelado em quatro anos. O que, do ponto de vista da CONDSEF e dos demais federais, é uma proposta inaceitável, porque só a projeção de inflação dos próximos anos ultrapassa esse índice, e também porque o governo nada disse sobre os demais pontos da pauta.

É impressionante que o governo não compreenda que já passou da hora de efetivar a regulamentação da Convenção 151!

Entretanto, apesar de insuficiente, a apresentação da proposta representa um avanço, já que em 2012 foi necessária uma greve intensa para arrancar alguma proposta. Diante da recusa dos termos da proposta

apresentada pelo MPOG, foi aprovado um indicativo de greve da CONDSEF. Alguns setores de sua base já têm greve deflagrada, mas está evidente que o contexto da negociação e da possibilidade de construir uma greve é diferenciado de 2012. O prazo de aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) no Congresso Nacional é 31 de agosto, e até 22 deste mês o governo deverá enviar a proposta orçamentária ao Congresso Nacional.

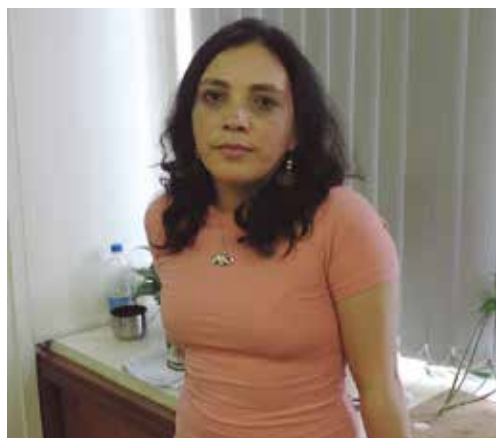
Na última semana o MPOG acenou com a possibilidade de uma repactuação dos índices em 2017, a partir do desempenho dos índices inflacionários. Acreditamos que, nesse contexto, devemos realizar esforços até o limite para melhorar a proposta, inclusive com a apresentação das cláusulas sociais, e principalmente com o parcelamento do índice de reposição em dois anos, e não em quatro. E caso se feche um acordo, devemos explicar que tal acordo foi fruto da luta, e que inclusive é ainda um reflexo da última greve.

Entretanto, caso o governo seja intransigente e a greve seja inevitável, defendemos que os setores que tenham condições de entrar em greve que o façam imediatamente, respeitando, é claro, a realidade de

cada órgão, já que greve não se constrói por decreto, e sim a partir do convencimento da inevitabilidade de recorrer a tal instrumento legítimo de luta e pressão.

Importa registrar, ainda, que o protagonismo da CUT na defesa da pauta dos/as trabalhadores/as, e na mobilização contra o ajuste fiscal recessivo, tem dado elementos significativos para realizar a defesa da CUT junto aos trabalhadores e trabalhadoras e às suas entidades. ★

***Eleandra Koch** é analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário (INCRA) e integrante da Direção Nacional da CONDSEF



Caso o governo seja intransigente e a greve seja inevitável, defendemos que os setores que tenham condições de entrar em greve que o façam imediatamente, respeitando, é claro, a realidade de cada órgão, já que greve não se constrói por decreto, e sim a partir do convencimento da inevitabilidade de recorrer a tal instrumento legítimo de luta e pressão

ASSINE O JORNAL
Página 13

CUPOM DE ASSINATURA

Não deixar de preencher nenhum dos campos

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____

Telefone: () _____ Celular: () _____

E-Mail: _____

Profissão: _____

CPF: _____ ou

CNPJ: _____

Participa de alguma entidade, movimento ou organização? () sim () não

Se sim, qual: _____

Área de interesse, militância ou atuação: _____

Município e estado de militância: _____



ESCOLHA A OPÇÃO DE ASSINATURA

ASSINATURA ANUAL (12 edições)
() R\$ 100,00

ASSINATURA BIANUAL (24 edições)
() R\$ 200,00

() Declaro que ao efetuar o pagamento da assinatura estou ciente e concordo com os Termos de Assinatura constantes do contrato de assinatura disponíveis no site www.pagina13.org.br

ENVIAR o cupom junto com o comprovante de depósito para: Associação de Estudos Página 13 a/c de Edma Walker Rua Silveira Martins, 147, cj. 11, Centro - São Paulo-SP, CEP 01019-000 ou para o e-mail assinaturas@pagina13.org.br

PAGAMENTO através de depósito na conta do Banco do Brasil Agência: 3321-9 Conta-corrente: 34.297-1 Em nome de: Rubens Alves da Silva

Editais: ótimos, mas apenas editais

Sonia Fardin*

Em resposta às expectativas geradas no meio cultural pela retomada e avanço das ações do Minc, a gestão Juca lançou nos últimos meses pela Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC) do MinC e pela Funarte uma série de editais de fomento a produção e circulação de atividades e projetos culturais.

Estas primeiras iniciativas da gestão Juca têm como meta a retomada de uma política de editais próprios do Ministério da Cultura. Sobre estes o site do Minc afirma que “mesmo em um cenário de restrições orçamentárias, os editais sinalizam o compromisso do MinC em apoiar de maneira contínua e descentralizada as iniciativas culturais existentes na base da sociedade brasileira.”

Neste propósito, quatro editais destinam R\$ 13,5 milhões ao fomento de 200 iniciativas culturais em todo o país: Pontos de Mídia Livre, Pontos de Cultura Indígenas – estes em parceria com a Secretaria do Audiovisual, a Fundação Nacional do Índio e o Ministério das Comunicações – e dois editais de Cultura de Rede - Fomento às Redes Culturais do Brasil, um voltado a entidades com atuação local e outro para instituições com atuação regional/nacional.

Somam-se a esses os prêmios e bolsas da Funarte nas áreas das artes: Prêmio Funarte Carequinha de Estímulo ao Circo (R\$ 6 milhões), Prêmio Funarte de Dança Klauss Vianna (R\$ 4,5 milhões), Prêmio Funarte de Teatro Myriam Muniz (R\$ 4,5 milhões), Prêmio Funarte de Apoio a Orquestras (R\$ 780 mil), Prêmio de Artes Plásticas Marcantonio Vilaça (R\$ 700 mil), Programa Rede Nacional Funarte Artes Visuais (R\$ 1,7 milhões), XV Prêmio Funarte Marc Ferrez de Fotografia (R\$ 700mil), Prêmio Funarte de Arte Contemporânea (R\$ 1,695 milhões), entre outros. Todos com recursos provenientes do Fundo Nacional de Cultura.

Como proposta de retomada há nesta primeira ação da gestão Juca pelo menos dois pontos a considerar. Primeiro: são

bem-vindos os primeiros recursos destinados à cultura em suas várias manifestações, com propósitos que buscam ampliar a atenção e o atendimento para além dos centros urbanos e das expressões culturais contempladas pelos investimentos das leis de inventivo.

Sobre os editais da SCDC, Ivana Bentes declara que “o edital é uma forma de prospecção de novas políticas públicas para a Cultura”. Repousa nesta frase o segundo ponto a ser considerado: o histórico das políticas públicas de cultura demonstra que editais não são estruturantes nem enraizadores de políticas públicas, sendo questionável também que sejam instrumentos adequados para prospecção de demandas e/ou carências que venham a nortear os debates e implantação de políticas públicas de cultura.

Editais, como são hoje gerenciados, são acessados por parcela da sociedade que já detêm instrumental básico para operar a maquinaria institucional, que vai do acesso online aos conhecimentos jurídicos/burocráticos necessários à elaboração e produção de textos e formulários. Mesmo aqueles que conseguem vencer as barreiras da seleção muitas vezes são atropelados pelos atrasos nos pagamentos e/ou atados as teias da burocracia.

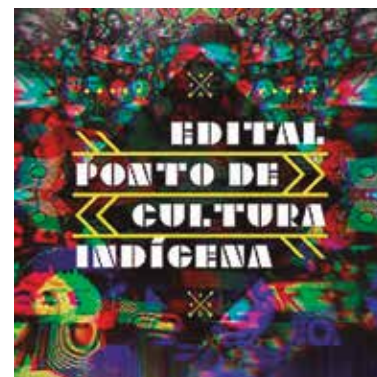
O mais grave é que editais estão mais propícios a gerar políticas de dependência e repetição de modelos, pois são formas de seleção normatizantes, excludentes e centralizadoras, que acabam moldando a atuação e criação cultural, que deveria ser prática libertária.

Portanto, editais não são por si só exercícios de empoderamento popular, tampouco são instrumentos de gestão pautados na construção de processo de autonomia dos movimentos e expressões culturais, e menos ainda instrumentos de aferição de anseios e potencialidades de políticas culturais pautadas em diversidade, autonomia e independência dos sujeitos sociais da classe trabalhadora espalhados pelo país. Bas-

ta lembrar que hoje a grande maioria das cidades brasileiras não tem nenhuma ação ou atenção efetiva no campo das políticas públicas de cultura do Minc.

Da gestão atual do Minc o que se espera é ir mais além, é fazer o enfrentamento da revisão da lei de incentivo fiscal e, principalmente, ser o agente ativo principal na implantação de uma política incisiva junto a estados e municípios para a estruturação e consolidação do Sistema Nacional de Cultura com a construção de conselhos de políticas culturais efetivamente descentralizados e representativos. ★

*Sonia Fardin é historiadora e integrante da Setorial Nacional de Cultura do PT



Emoção e contradição

A Anater e os caminhos estratégicos para a agricultura familiar no Brasil

Marcos Piccin*

A Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) teve recentemente seu presidente anunciado pelo governo, pendência que se arrastava desde 2013, quando ela fora criada oficialmente. De todo modo, a agência só deverá começar a gerir o sistema de extensão rural a partir do ano que vem.

Antes de tudo, é importante assinalar que as políticas relacionadas à extensão rural nos governos do PT constituíram-se como um avanço em relação ao período anterior, marcado pela ausência de coordenação estatal e financiamento público federal devido ao fim da antiga Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) em 1990.

Mas a trajetória dessa política desde 2003 revela o campo de forças sociais contraditórias em termos de projetos de desenvolvimento para o rural brasileiro que compõem o governo. Isso define que a política de governo para uma mesma área às vezes seja reelaborada com orientação bem diferente de um período anterior. Este parece ser o caso em foco, o que também se traduz na demora em nomear a presidência da agência e é resultado de visões estratégicas diferentes sobre como fortalecer o setor da agricultura familiar no país. Senão vejamos:

Desde a primeira vitória de Lula em 2002 até meados de 2013, o que marcou a política de extensão rural foi a constituição da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), lançada em 2004. A Pnater partia de uma crítica ao processo de modernização técnica da agricultura no Brasil, que orientou esses serviços até a extinção da Embrater: se baseava em persuadir os agricultores em adotar um determinado cultivo e um pacote tecnológico a ele associado; a inovação deveria vir “de cima” e se acreditava que o problema da pobreza dos agricultores era por que eles não ofertavam uma escala maior de produção no mercado. Se essa lógica da modernização técnica aumentou definitivamente a produção, nada dizia sobre a circulação desses produtos e os pequenos proprietários de patrimônios produtivos viram seu lucro e renda da terra serem drenados pela

concorrência intercapitalista e pelo sistema financeiro. A produção bibliográfica crítica sobre esse período e estratégia de desenvolvimento rural é vastíssima. A Pnater buscou inverter a orientação para os serviços de extensão: a inovação deveria ser gerada em interação com os agricultores, assim como toda a estratégia de desenvolvimento e orientação deveria ser negociada com suas organizações a partir de seus interesses, potencialidades definidas por situações históricas específicas, desenvolvimento sustentável e agroecologia; o extensionista passava a ser visto como um agente de desenvolvimento, não um simples repassador de tecnologias geradas ex-ante.

Mas se, até então, eram sobretudo as organizações de agricultores familiares, movimentos sociais e suas assessorias que compunham os agentes que elaboravam a respeito, ao longo do tempo esse tema voltou a ter interesse da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e da Embrapa, o que modificou sensivelmente o campo de forças no desenho da política de extensão. O “interesse” da CNA pela agricultura familiar é resultado da positividade que este setor passou a conquistar a partir da década de 1990, que se traduziu em conquista de diferentes políticas públicas. Ocorre que as organizações de agricultores familiares que se fortaleceram e/ou se formaram nesse pe-





A definição da Anater e dos objetivos por ela assumidos devem ser entendidos a partir desse campo de conflitos — em palavras mais antigas, da luta de classes que se expressa no rural. O objetivo central que orienta a Anater é a difusão de tecnologias produzidas pela Embrapa para os agricultores familiares

ríodo, a exemplo da FETRAF, passaram a disputar a maior parte da base, em termos de número de estabelecimentos, que a legislação sindical do campo define como da CNA. Explico: a legislação sindical define como público da Contag os trabalhadores com até 2 módulos rurais, acima disso, é público sindicalizado compulsório e contribui financeiramente para a CNA. Acontece que a Lei da Agricultura Familiar de 2006 define em até 4 módulos rurais para se adequar nessa categoria. Ou seja, ou a CNA dá alguma resposta a esse “novo” público que passou a ser compreendido como “agricultor familiar”, porque deixam de ser entendidos como “patronais”, ou corre o risco de perder a maior parte do número de seus filhados, caso haja novas modificações na legislação sindical - já há projeto de lei sobre isso. A CNA passou a disputar não só a compreensão do que seria “agricultura familiar” — diz que também faz parte do “agronegócio”, retirando o caráter político dessa designação —, deslegitimar por estudos “científicos” a importância econômica da agricultura familiar — a demonstração do argumento é longa para se fazer aqui -, como incidir na política de extensão rural como forma de “modernizar” aquele público que flerta com as organizações de agricultores familiares. A ideia de criar uma “classe média” no rural caiu como uma luva na estratégia da CNA.

A definição da Anater e dos objetivos por ela assumidos devem ser entendidos a partir desse campo de conflitos — em palavras mais antigas, da luta de classes que se expressa no rural. O objetivo central que orienta a Anater é a difusão de tecnologias produzidas pela Embrapa para os agricultores familiares. Há uma drástica ruptura com a Pnater; desconsidera toda a bibliografia crítica ao processo de modernização técnica. Busca “integrar” ao mercado por mecanismos que acabam por produzir a inviabilidade econômica dos proprietários

de pequenos patrimônios produtivos, uma vez que fortalece as relações com mercados oligopolizados; acredita que o problema é a “falta” de tecnologia; tem uma concepção de inovação antiquada, pois ex-ante; desconsidera uma poderosa interpretação acadêmica sobre a necessidade de se construir mercados que não drenem, pelos mecanismos da circulação, a renda e lucro, como em mercados institucionais, orgânicos e diferenciados; etc.

A Anater traz de volta a concepção que inspirou a modernização técnica da agricultura a partir da década de 1960, sem crítica, nem revisão e, de quebra, é ainda mais ousada e conservadora ao não prever suporte para questões sociais, como havia na época com os chamados técnicos de Bem Estar Social.

Mas nem tudo está perdido. Como, ao fim e ao cabo, quem coloca dinheiro na agência é quem mandará na vida real, o MDA deverá dar as cartas, mas num determinado enquadramento dado pela correlação de forças que a construiu. Outra boa notícia é a definição do nome para presidí-la. Em qualquer hipótese, nossos companheiros que estarão na direção da Anater podem ficar tranquilos: emoção – e contradição – não os fará falta. ★

***Marcos Piccin** é professor da UFSM



A compra destes livros pode ser feita na www.pagina13.org.br

Página 13



As águas no sertão

Sônia Aparecida Fardin*

João Zinclar (1956-2013) publicou em 2009 o livro *O Rio São Francisco e as águas no Sertão*. Seu trabalho autoral de maior folego, este livro é resultado de uma longa pesquisa fotográfica feita entre 2005 e 2009, que produziu mais de 20 mil imagens que registram o Rio o São Francisco da nascente à foz, destacando as populações ribeirinhas e suas relações com as águas de rios e igarapés e, principalmente, a urgência em proteger o Rio São Francisco e essas populações das agressões do agronegócio e da especulação em torno da exploração capitalista dos recursos hídricos brasileiros.

Para marcar a passagem da data de seu nascimento, neste mês de agosto o Instituto João Zinclar lança uma edição especial do livro, com objetivo de colocar novamente em debate as questões que João abordou na documentação fotográfica sobre o direito universal a água, tema cada vez mais crucial no Brasil e na América Latina.

João Zinclar foi um militante da classe trabalhadora. Nascido em 13 de agosto de 1956, na cidade de Rio Grande (RS), ainda adolescente iniciou vida profissional como operário da construção civil. Aos dezoito anos migrou em busca de melhores condições de trabalho, tendo nestes anos vivido e trabalhado em Campinas, Rio de Janeiro e Salvador.

A compreensão das injustiças e as relações de opressão que presenciou nos can-

teiros de obras das grandes empreiteiras no auge da ditadura militar o fizeram decidir sair do trabalho formal e viver como arte-são. Entre 1976 e 1980 percorreu o Brasil junto com o movimento hippie. Neste período, entrou em contato com a realidade de populações trabalhadoras no campo e nas cidades.

No final dos anos 1970, a luta pela anistia, as greves dos canavieiros em Pernambuco e Alagoas e as dos operários em São Paulo fizeram-no repensar a forma de atuar, em 1981. De volta a Rio Grande, retornou à vida operária, passou a ler muito, em especial os jornais e revistas dos movimentos políticos de esquerda, com os quais também começou a interagir. Neste mesmo período, adquiriu uma câmera fotográfica e frequentou cursos do Foto-Cine Clube Gaúcho.

Como membro ativo do PCdoB, recebeu a missão de ir construir a luta dos trabalhadores em Campinas, interior de São Paulo, onde trabalhou como metalúrgico e dirigente sindical entre 1985 e 1990. De 1990 a 1996, foi diretor de imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas. Em 1996 desligou-se do partido e do sindicato, mas não da política. Iniciou um novo ciclo de militância: passou a dedicar-se integralmente ao trabalho de repórter fotográfico, atuando para vários sindicatos de trabalhadores e movimentos sociais.

“Sou um comunista que se orienta pelos valores e pela teoria marxista de como interpretar e procurar transformar esse mundo (...) o que me motiva a fotografar é a luta de classes (...) antes de ser fotógrafo, sou um militante. A máquina nada mais é que um instrumento a serviço das mudanças sociais”. João Zinclar

Foi reconhecido pelos movimentos sociais como o fotógrafo das lutas sociais. O acervo produzido por João Zinclar em duas décadas de trabalho é composto por 53 mil negativos flexíveis e mais de 180 mil em meio digital: são registros de greves, debates, ocupações, mobilizações, passeatas, movimentos estudantis, festas, celebrações e marchas -- desde o início dos anos 1990 até 2013--, no Brasil, Bolívia e Venezuela.

A vida material de João foi sempre muito simples. Além do equipamento fotográfico, possuía um computador portátil, um caderno de anotações no qual rascunhava sobre sua trajetória, a necessidade de avançar no uso das tecnologias fotográficas como ferramenta política e seu respeito pelo trabalho de outros fotógrafos que se dedicavam à mesma temática: João Ripper, Douglas Mansur, Jesus Carlos, Sebastião Salgado e Dorothea Lange entre outros.

O livro *O Rio São Francisco e as águas no Sertão* é uma das mais importantes publicações sobre o tema, pela beleza e qualidade das imagens produzidas por um olhar forjado ao longo de anos em estudos e leituras, no peso da rotina operária, nos improvisos da vida de andarilho nos embates da luta sindical, na formação foto-cineclubista, na luta política de esquerda e na troca de olhares vivida em metrópoles e vilarejos. ★

*Sônia Aparecida Fardin é historiadora e integra o Setorial Nacional de Cultura do Partido dos Trabalhadores



O livro está à venda por R\$ 50,00 e os recursos serão utilizados na organização do acervo fotográfico João Zinclar.

Os livros podem ser solicitados pelo e-mail: institutojoaozinclar@gmail.com

Porra, Vito!!!

Giannotti: um inquieto imprescindível

Ângela Melo*

Os dicionários não ousaram ainda nos apresentar uma palavra sequer que dê conta de definir quem foi e tudo o que foi Vito Giannotti. Quanta ironia! Afinal estamos falando de alguém que sempre teve como uma das principais preocupações de vida o bom uso e o domínio das palavras, especialmente pela classe trabalhadora organizada. Mas se há um termo que mais se aproxima do que representou Vito este talvez seja “inquietude”.

Sim, Vito era um inquieto. Em todos os aspectos e fases dos seus 72 anos de vida. Nascido na Itália, em 1943, em plena Segunda Guerra Mundial, ainda jovem mudou-se para Israel, levando na bagagem o sonho de construção de um novo mundo.

Com o mesmo sonho, saiu de Israel e chegou de navio ao Brasil, em 1964, com apenas 21 anos. Por aqui, não abdicou da tarefa precípua de todos os revolucionários: lutar! Atuou no movimento sindical logo após o Golpe Militar, foi um dos principais líderes e animadores do sindicalismo paulista nas décadas de 70 e 80, atuando especialmente na oposição sindical metalúrgica. E foi na efervescência da resistência ao regime militar, que Vito chamava a atenção para algo que deveria preocupar todo o conjunto do sindicalismo brasileiro: o papel da comunicação na disputa de hegemonia, na radicalização da consciência de classe e na construção do socialismo.

Acreditando nisso, e inspirado nos ideais de Gramsci, Vito produziu inúmeros panfletos, cartilhas, boletins e jornais sindicais durante todo o período ditatorial. Conquistada a “redemocratização”, Vito não abandonou a sua inquietude. Ao contrário, decidiu expandi-la e multiplicá-la por todos os cantos do país, a partir da criação do Núcleo Piratininga de Comunicação, das mais exitosas experiências de comunicação popular e sindical do Brasil nas últimas duas décadas.

Foi com o NPC, e ao lado de sua companheira de lutas, sonhos e amor, Claudia Santiago, que Vito percorreu o Brasil formando milhares de trabalhadores e trabalhadoras para a difícil tarefa da comunicação, inspirando gerações de comunicadores e comunicadoras populares e educando lideranças sindicais para a leitura crítica dos meios de comunicação. E Vito fazia tudo isso com a necessária crítica aos muros de linguagem que o sindicalismo, ainda que de forma inconsciente, se impunha: “a comunicação precisa sair do umbigo do sindicato, porra!”, dizia repetidas vezes.

Nessa caminhada pelo Brasil, não foram poucas as vezes que Vito veio a Sergipe. Foram

cursos de oratória, redação, leitura crítica... Por essas terras, Vito “contaminava” professores e professoras e dirigentes do SINTESE a terem a capacidade da auto-crítica, a conhecerem as estratégias dos seus inimigos de classe, a saberem a necessidade da clareza das nossas estratégias. Para Vito, o fundamental era extrapolarmos o nosso “mundo do sindicalês” e disputarmos a opinião pública. Era, sem dúvidas, um crítico ácido e, ao mesmo tempo, um propositivo e formulador como poucos.

O agitado e agitador Vito conseguia ter a leveza do diálogo nos palavrões. Rasgando jornais, boletins e revistas conseguia nos mostrar, de forma sutil, que aquela linguagem não servia para a disputa de hegemonia. Nos ensinava a utilizar todas as mídias, mas nunca abriu mão do jornal impresso.

E sempre que Vito chegava era uma alegria sem tamanho. Não apenas porque tínhamos a certeza que seríamos outros depois das suas aulas, mas também porque sabíamos que estava conosco alguém que deixaria alegre o nosso dia. Seu sorriso largo e cativante; seus gestos inigualáveis; sua voz rouca e firme; seus palavrões constantes; suas histórias da luta contra o regime militar; sua simplicidade e humildade, simbolizadas no chinelo que sempre usava e no bernal que o acompanhava por todos os lados, sempre estavam presentes.

Mas Vito era um inquieto também da reflexão teórica. Por isso, se dedicou também a elaborar e produzir livros, com um apurado rigor teórico aliado ao conhecimento prático. Dentre as suas publicações, vale destacar: “Muralhas da Linguagem”, “Comunicação Sindical – a arte de falar para milhões” (escrito em parceria com Claudia Santiago), “Manual de Linguagem Sindical”, “História das Lutas dos Trabalhadores do Brasil” e “Dicionário de Politiquês” (produzido em co-autoria com Sergio Domingues).

Por tudo isso, já estamos sentido a sua falta, desde a noite do último 24 de julho. Brecht já nos disse: “há homens que lutam um dia e são bons. Há outros que lutam um ano e são melhores. Há os que lutam muitos anos e são muitos bons. Mas há os que lutam toda a vida e estes são imprescindíveis”.

Porra, Vito! Além de inquieto, você era um imprescindível! ★

*Ângela Melo é presidenta do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Básica do Estado de Sergipe - SINTESE

